

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	75
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	79
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	214.243
Preferenciais	65.055
Total	279.298
Em Tesouraria	
Ordinárias	810
Preferenciais	5
Total	815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.750.367	2.650.883
1.01	Ativo Circulante	522.054	532.117
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.777	30.636
1.01.02	Aplicações Financeiras	106.785	155.808
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	106.785	155.808
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	106.785	155.808
1.01.03	Contas a Receber	309.959	307.267
1.01.03.01	Clientes	309.959	307.267
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	340.545	333.443
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-47.909	-44.862
1.01.03.01.03	Contas Receber - Acordos	17.323	18.686
1.01.04	Estoques	9.333	5.896
1.01.04.01	Almoxarifado	9.333	5.896
1.01.06	Tributos a Recuperar	38.129	15.614
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	38.129	15.614
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	24.422	376
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	13.707	15.238
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.689	696
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	39.382	16.200
1.01.08.03	Outros	39.382	16.200
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	5.341	6.969
1.01.08.03.03	Outros Créditos	34.041	9.231
1.02	Ativo Não Circulante	2.228.313	2.118.766
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	664.882	536.923
1.02.01.03	Contas a Receber	128.374	129.943
1.02.01.03.01	Clientes	62.384	61.743
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	65.990	68.200
1.02.01.06	Tributos Diferidos	258.922	275.816
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	258.922	275.816
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	277.586	131.164
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-117.484	-118.410
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	26.033	23.430
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	26.515	24.511
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro de Concessão	342.497	201.531
1.02.01.09.09	Outros Créditos	25	102
1.02.02	Investimentos	645	647
1.02.03	Imobilizado	925	1.144
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	925	1.144
1.02.04	Intangível	1.561.861	1.580.052
1.02.04.01	Intangíveis	1.561.861	1.580.052
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.561.861	1.580.052

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.750.367	2.650.883
2.01	Passivo Circulante	760.076	682.737
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	887	2.608
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	887	2.608
2.01.02	Fornecedores	453.100	426.723
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	453.100	426.723
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.751	40.906
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.514	22.342
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.656	1.460
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	17.858	20.882
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	16.237	18.564
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	16.237	18.564
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35.669	41.002
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35.189	40.448
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.189	38.587
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.861
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	480	554
2.01.05	Outras Obrigações	170.632	128.539
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.682	12.554
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.682	12.554
2.01.05.02	Outros	168.950	115.985
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.496	2
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.042	1.817
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	17.535	21.499
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	19.355	23.163
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	18.648	19.146
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	52.874	50.358
2.01.06	Provisões	41.037	42.959
2.01.06.02	Outras Provisões	41.037	42.959
2.01.06.02.04	Provisões para Litígios e Contingências	41.037	42.959
2.02	Passivo Não Circulante	1.084.945	1.143.139
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	628.220	626.093
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	627.691	625.387
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	627.691	625.387
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	529	706
2.02.02	Outras Obrigações	437.213	496.588
2.02.02.02	Outros	437.213	496.588
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	11.369	9.727
2.02.02.02.06	Outros Tributos a Pagar	4.197	5.596
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	1.698	3.382
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	5.569	5.454
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	201	608
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	1.331	479
2.02.02.02.13	Dividendos Declarados	412.848	471.342
2.02.04	Provisões	19.512	20.458
2.02.04.02	Outras Provisões	19.512	20.458

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.04	Provisões para Litígios e Contingências	19.512	20.458
2.03	Patrimônio Líquido	905.346	825.007
2.03.01	Capital Social Realizado	433.236	433.236
2.03.02	Reservas de Capital	-2.596	-2.628
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.089	1.089
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.896	1.864
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.056	-8.056
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos	2.475	2.475
2.03.04	Reservas de Lucros	384.305	384.305
2.03.04.01	Reserva Legal	36.028	36.028
2.03.04.02	Reserva Estatutária	175.481	175.481
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	172.796	172.796
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.991	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.410	10.094

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	529.839	1.115.947	488.087	1.003.293
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-492.379	-971.235	-387.283	-796.956
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-211.574	-438.509	-163.966	-358.978
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinifa	-10.372	-21.012	-8.724	-17.480
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-75.236	-143.652	-56.380	-113.100
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-994	-1.988	-994	-1.917
3.02.07	Pessoal e Administradores	-23.287	-46.258	-22.373	-43.306
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.999	-4.178	-2.208	-4.522
3.02.09	Serviços de terceiros	-33.416	-65.179	-31.946	-61.943
3.02.10	Material	-2.613	-5.052	-2.444	-4.628
3.02.11	Custo de Construção	-102.051	-172.154	-60.284	-112.693
3.02.12	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-2.859	-5.284	-1.555	-2.817
3.02.13	Provisão/Reversão para Litígios e Contingências	-4.761	-6.724	-2.873	-7.978
3.02.16	Depreciação e Amortização	-26.187	-55.487	-28.398	-56.417
3.02.17	Outras Receitas e Custos	2.970	-5.758	-5.138	-11.177
3.03	Resultado Bruto	37.460	144.712	100.804	206.337
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.460	144.712	100.804	206.337
3.06	Resultado Financeiro	-15.729	-33.024	-29.081	-51.810
3.06.01	Receitas Financeiras	15.021	26.748	13.957	27.518
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.750	-59.772	-43.038	-79.328
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-24.622	-53.458	-43.582	-78.329
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-6.128	-6.314	544	-999
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.731	111.688	71.723	154.527
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.466	-37.697	-23.607	-51.692
3.08.01	Corrente	-4.161	-24.056	-17.150	-20.932
3.08.02	Diferido	-3.305	-13.641	-6.457	-30.760
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.265	73.991	48.116	102.835
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.265	73.991	48.116	102.835

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	29,48370	243,95164	151,03604	347,52717
3.99.01.02	PN	122,56054	337,02847	244,11288	440,60400
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	29,48370	243,95164	151,03604	347,52717
3.99.02.02	PN	122,56054	337,02847	244,11880	440,60400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	14.265	73.991	48.116	102.835
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.364	6.316	560	2.399
4.02.01	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	8.127	9.569	850	3.636
4.02.02	Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.763	-3.253	-290	-1.237
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.629	80.307	48.676	105.234

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	141.116	148.995
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	193.437	259.150
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	73.991	102.835
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	55.487	56.417
6.01.01.03	Variação Monetária e Cambial, Líquidas	370	537
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.284	2.817
6.01.01.05	Provisão (Reversão) de Litígios e Contingências	8.155	24.034
6.01.01.06	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	35.389	40.949
6.01.01.07	Receita de Aplicação Financeira em Investimento de Curto Prazo	-6.875	-6.725
6.01.01.08	Baixa de Ativo Financeiro, Intangível de Concessão e Imobilizado	7.963	7.492
6.01.01.09	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	13.641	30.760
6.01.01.10	Ações e Opções de Ações Outorgadas	32	34
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.321	-110.155
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-10.906	-41.987
6.01.02.02	Contas a receber - Acordos	3.573	3.760
6.01.02.03	Almoxarifado	-3.437	-1.088
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-24.385	-11.309
6.01.02.05	Outros Tributos Compensáveis	-473	-417
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-3.993	-2.702
6.01.02.07	Devedores Diversos	1.628	373
6.01.02.08	Outros Créditos	3.170	12.402
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-1.721	-671
6.01.02.10	Fornecedores	26.377	-31.369
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	23.196	21.037
6.01.02.12	Outros Tributos a Pagar	-7.211	-5.107
6.01.02.13	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	8.324	4.183
6.01.02.14	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-36.751	-37.009
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	-4.371	-2.696
6.01.02.16	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	-5.492	3.629
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	-1.322	119
6.01.02.18	Outras Obrigações	3.368	-8.113
6.01.02.19	Pagamento de Litígios e Contingências	-11.023	-13.475
6.01.02.20	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	-10.872	285
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158.713	-172.936
6.02.01	Adições de Imobilizado e Intangível	-180.029	-133.252
6.02.02	Consumidores - Participação Financeira	3.450	8.862
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-649.340	-627.919
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	669.350	580.082
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-2.144	-709
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	738	16.586
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos	12.356	27.340
6.03.04	Amortização de Principal de Empréstimos	-11.468	-10.270
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-150	-484
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.859	-7.355

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.636	22.933
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.777	15.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.628	384.305	0	10.094	825.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.628	384.305	0	10.094	825.007
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	32	0	0	0	32
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	32	0	0	0	32
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.991	6.316	80.307
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.991	0	73.991
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.316	6.316
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	9.569	9.569
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-3.253	-3.253
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.596	384.305	73.991	16.410	905.346

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	433.236	-2.696	366.025	0	5.812	802.377
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	433.236	-2.696	366.025	0	5.812	802.377
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	34	-169.515	0	0	-169.481
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	34	0	0	0	34
5.04.06	Dividendos	0	0	-169.515	0	0	-169.515
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	102.835	2.399	105.234
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	102.835	0	102.835
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.399	2.399
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	3.636	3.636
5.05.02.07	Tributos sobre a Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-1.237	-1.237
5.07	Saldos Finais	433.236	-2.662	196.510	102.835	8.211	738.130

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.669.827	1.527.724
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.494.663	1.384.608
7.01.02	Outras Receitas	8.294	33.240
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	172.154	112.693
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.284	-2.817
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-917.628	-736.897
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-661.809	-537.583
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.977	-69.157
7.02.04	Outros	-182.842	-130.157
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-10.688	-17.464
7.02.04.02	Construção de Ativos Próprios	-172.154	-112.693
7.03	Valor Adicionado Bruto	752.199	790.827
7.04	Retenções	-55.487	-56.417
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-55.487	-56.417
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	696.712	734.410
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.748	27.518
7.06.02	Receitas Financeiras	26.748	27.518
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	723.460	761.928
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	723.460	761.928
7.08.01	Pessoal	42.118	40.130
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.959	25.453
7.08.01.02	Benefícios	4.994	7.373
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.165	7.304
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	546.808	538.822
7.08.02.01	Federais	244.807	259.697
7.08.02.02	Estaduais	301.724	278.909
7.08.02.03	Municipais	277	216
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.543	80.141
7.08.03.01	Juros	59.772	79.328
7.08.03.02	Aluguéis	771	813
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	73.991	102.835
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	73.991	102.835

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho - Aes Sul - 1S12

Em milhares de reais

	1S12	1S11	VARIAÇÃO (%)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.115.947	1.003.293	11,2%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(971.235)	(796.956)	21,9%
RESULTADO DO SERVIÇO	144.712	206.337	-29,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(33.024)	(51.810)	-36,3%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	111.688	154.527	-27,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(37.697)	(51.692)	-27,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	73.991	102.835	-28,0%

O lucro líquido auferido pela AES Sul no primeiro semestre de 2012 foi de R\$ 73.991, resultado R\$28.844 ou 28% inferior ao obtido no primeiro semestre de 2011, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento da receita operacional líquida no montante de R\$ 112.654, ou 11,2% decorrente do reajuste tarifário médio de 6,38% a partir de 19 de abril de 2012, além do bom desempenho dos clientes livres no período, que tiveram um aumento de 99% da demanda. As deduções totalizaram R\$ 559.164, acréscimo de R\$ 31.916 em relação ao primeiro semestre de 2011 devido aos encargos tributários proporcionais ao crescimento da receita bruta, principalmente do ICMS e também ao encargo setorial CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, que teve reajuste homologado pela Aneel de aproximadamente 10,0%.
- Crescimento de R\$ 174.279 ou 21,9% dos custos e despesas operacionais conforme informados a seguir:
 - A “Parcela A”, que engloba todas as despesas não gerenciáveis e relacionadas à compra e transmissão de energia, apresentou aumento de 23,2% ou R\$ 113.615. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:
 - (i) Reajuste de preços contratuais, impactando principalmente os contratos de CCEAR, cujas tarifas médias aumentaram 24%;
 - (ii) Aumento dos custos com energia elétrica na comercialização CCEE, devido ao aumento do PLD médio de 345% e devido ao atraso na operação das usinas do 6º leilão de energia nova, o que gerou aumento da exposição no curto prazo para o período;
 - (iii) Variação cambial entre os períodos, influenciando o custo da energia comprada de Itaipu.
 - (iv) Reajuste das tarifas dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição.
 - A “Parcela B”, que são os custos gerenciáveis da Companhia, totalizou R\$ 368.061 no primeiro semestre de 2012, superior em R\$ 60.663 em relação ao mesmo período de 2011. Tal variação se deve ao maior nível de investimentos na infraestrutura da concessão impactando diretamente no aumento do custo de construção, crescimento das despesas com pessoal devido ao acordo coletivo de novembro de 2011, aumento em serviços de manutenção de rede, atendimento ao cliente e informática, compensado pela redução de contingências trabalhistas e cíveis e consultorias.
- No primeiro semestre de 2012 o EBITDA totalizou R\$ 200.199, queda de 23,8% em relação ao primeiro semestre de 2011 resultado do crescimento nos custos e despesas operacionais conforme descrito acima.

Comentário do Desempenho

- O resultado financeiro foi uma despesa financeira líquida de R\$ 33.024 no primeiro semestre de 2012, montante inferior em R\$ 18.786 ou 36,3% em relação ao primeiro semestre de 2011. O melhor desempenho do resultado financeiro de 2012 é explicado principalmente pela redução da despesa com encargos de dívida, que se deve em função da redução do CDI, que por sua vez é o indexador do principal empréstimo da Companhia, efeito dos juros sobre o convênio de iluminação pública junto às prefeituras municipais, registrado no mesmo período de 2011 e redução de multas regulatórias.
- Redução no imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$ 13.995 ou 27,1% devido à diminuição de base do lucro tributável do período conforme descrito nos itens anteriores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda. e indiretamente pela AES Corporation (“AES Corp.” sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica e tem como objetivo realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica para 118 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Dona Laura, 320 – 14º andar, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 26, faturou 4.233 GWh e 4.246 GWh nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, respectivamente, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de clientes em 30 de junho de 2012 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/1997 foi assinado em 06 de novembro de 1997 e tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária da Companhia tem data prevista para ocorrer em abril de 2013.

2. Base de Preparação e Apresentação das Informações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais (“ITR”) em 24 de julho de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (“informações contábeis”) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012 compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

Notas Explicativas

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

A Companhia está apresentando suas demonstrações do resultado dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 no formato estabelecido pelo Despacho nº 4.991 da ANEEL, emitido em 29 de dezembro de 2011, que consiste principalmente na apresentação das demonstrações do resultado por natureza de gastos e não por função. As alterações ocorridas na apresentação da demonstração do resultado resultaram em algumas alterações nas demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. Desse modo, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2011 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

Notas Explicativas

3. Sumário das Práticas Contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas práticas, julgamentos e estimativas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.24 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

Tipo de Operação	30.6.2012	31.12.2011
Numerário disponível	7.014	9.279
Numerário em trânsito	6.763	5.166
Operações compromissadas (I)	-	16.191
	13.777	30.636

Investimentos de curto prazo:

Tipo de Operação	30.6.2012	31.12.2011
CDB-DI (I)	59.493	49.155
Operações compromissadas (I)	47.292	106.653
	106.785	155.808

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas (*) foram remunerados, em média, a 101,75% do CDI no semestre findo em 30 de junho de 2012 (101,14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não mantinha linhas de financiamento de capital de giro comprometidas e durante o semestre estas linhas não foram sacadas.

Notas Explicativas

5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias é a seguinte:

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Consumidores:		
Faturados	186.863	184.125
Não faturados	105.413	109.692
Outros	760	1.563
Suprimento de energia elétrica	1.206	1.360
Encargos de uso da rede	5.804	5.498
Comercialização no CCEE - nota nº 37.1.1	40.499	31.205
Exposição decorrente de preços entre submercados - nota nº 37.1.2	437.800	437.800
Provisão para perda com créditos referentes à exposição decorrente de preços entre submercados - nota nº 37.1.2	(437.800)	(437.800)
Total circulante	<u>340.545</u>	<u>333.443</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores	60.261	59.620
Concessionárias e permissionárias	2.123	2.123
Total não circulante	<u>62.384</u>	<u>61.743</u>
	<u>402.929</u>	<u>395.186</u>

Notas Explicativas

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias abertos por classe é como segue:

	30.6.2012					
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	41.345	35.309	7.562	84.216	(8.546)	75.670
Industrial	6.831	9.340	12.548	28.719	(7.781)	20.938
Comercial e serviços	14.676	8.733	19.533	42.942	(17.630)	25.312
Rural	3.777	3.607	6.025	13.409	(4.004)	9.405
Poder público:						
Federal	625	44	50	719	-	719
Estadual	1.575	94	63	1.732	-	1.732
Municipal	1.442	544	3.610	5.596	-	5.596
Iluminação pública	265	54	3.327	3.646	-	3.646
Serviço público	5.827	43	14	5.884	-	5.884
Subtotal	76.363	57.768	52.732	186.863	(37.961)	148.902
Não faturado	105.413	-	-	105.413	-	105.413
Outros	760	-	-	760	-	760
Total	182.536	57.768	52.732	293.036	(37.961)	255.075
Concessionárias e permissionárias:						
Suprimento de energia elétrica	1.206	-	-	1.206	-	1.206
Encargos de uso da rede	5.804	-	-	5.804	-	5.804
Total	7.010	-	-	7.010	-	7.010
Total - CIRCULANTE	189.546	57.768	52.732	300.046	(37.961)	262.085
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Poder público:						
Federal	-	-	37	37	(35)	2
Estadual	-	-	40	40	(38)	2
Municipal	-	-	6.062	6.062	(5.992)	70
Iluminação pública	-	-	54.109	54.109	(52.779)	1.330
Serviço público	-	-	13	13	(13)	-
Total	-	-	60.261	60.261	(58.857)	1.404
Concessionárias e permissionárias:						
Outros	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total - NÃO CIRCULANTE	2.123	-	60.261	62.384	(58.857)	3.527
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	191.669	57.768	112.993	362.430	(96.818)	265.612

Notas Explicativas

	31.12.2011					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	47.101	30.159	6.034	83.294	(7.047)	76.247
Industrial	6.528	7.830	12.238	26.596	(7.405)	19.191
Comercial e serviços	17.664	7.377	16.861	41.902	(16.152)	25.750
Rural	10.187	2.965	5.204	18.356	(3.075)	15.281
Poder público:						
Federal	696	75	51	822	-	822
Estadual	1.550	139	60	1.749	-	1.749
Municipal	1.330	509	3.186	5.025	-	5.025
Iluminação pública	26	5	861	892	-	892
Serviço público	5.102	350	37	5.489	-	5.489
Subtotal	90.184	49.409	44.532	184.125	(33.679)	150.446
Não faturado	109.692	-	-	109.692	-	109.692
Outros	876	364	323	1.563	-	1.563
Total	200.752	49.773	44.855	295.380	(33.679)	261.701
Concessionárias e permissionárias:						
Suprimento de energia elétrica	1.360	-	-	1.360	-	1.360
Encargos de uso da rede	5.498	-	-	5.498	-	5.498
Total	6.858	-	-	6.858	-	6.858
Total - CIRCULANTE	207.610	49.773	44.855	302.238	(33.679)	268.559
NÃO CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Poder público:						
Federal	-	-	36	36	(35)	1
Estadual	-	-	51	51	(49)	2
Municipal	-	-	5.361	5.361	(5.299)	62
Iluminação pública	-	-	54.160	54.160	(52.830)	1.330
Serviço público	-	-	12	12	(12)	-
Total	-	-	59.620	59.620	(58.225)	1.395
Concessionárias e permissionárias:						
Outros	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total	2.123	-	-	2.123	-	2.123
Total - NÃO CIRCULANTE	2.123	-	59.620	61.743	(58.225)	3.518
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	209.733	49.773	104.475	363.981	(91.904)	272.077

O contas a receber apresentado acima é classificado como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensurado pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Sobre o valor das faturas vencidas incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestação de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação a infraestrutura da concessão.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas classes, objetivando a redução dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota nº 9.

Notas Explicativas

6. Tributos a Recuperar

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	6.604	315
Imposto de renda	17.459	25
Imposto de renda retido na fonte	359	36
Total	24.422	376
Outros tributos compensáveis	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	13.296	14.855
Cofins	325	309
Pis	17	14
Outros	69	60
Total	13.707	15.238
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	23.281	21.190
Cofins	2.595	2.666
Pis	444	460
Outros	195	195
Total	26.515	24.511

(*) O saldo do ICMS a recuperar refere-se basicamente aos créditos originados na aquisição de bens do ativo imobilizado e do ativo intangível de concessão, os quais são compensados com os débitos gerados nas operações normais da Companhia. Os créditos de bens são reconhecidos inicialmente pelo seu valor presente e mensurados subsequentemente pelo método do custo amortizado.

7. Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	30.6.2012	31.12.2011	30.6.2012	30.6.2011
Provisão para contingências	15.691	15.892	(201)	(1.188)
Despacho nº 288	127.140	127.140	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	51.560	52.759	(1.199)	(267)
Ajustes da Lei 11.638 (*)	(3.365)	(4.238)	873	(226)
Varição cambial	(4.200)	(3.005)	(1.195)	633
Outras diferenças temporais	9.969	13.680	(3.711)	3.537
Prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	404.529	414.787	(10.494)	(9.171)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	(59.330)	(61.040)	1.710	(24.758)
Ajustes de avaliação patrimonial/Atualização do ativo financeiro	(8.575)	(5.565)	243	(18)
Outros	(2.972)	(3.305)	333	698
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos			(13.641)	(30.760)
Total do ativo fiscal diferido	530.447	547.105		
Valor ativo fiscal diferido não reconhecido pela limitação de registro contábil da Instrução CVM nº 371/02	(271.525)	(271.289)		
Total do ativo fiscal diferido registrado	258.922	275.816		
Reconciliação do ativo fiscal diferido				
Saldo de abertura	275.816			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre atualização do ativo financeiro reconhecidos no patrimônio líquido	(3.253)			
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(13.641)			
Saldo final	258.922			

(*) Composto principalmente do ajuste a valor presente do ICMS – CIAP, arrendamento mercantil e do diferimento dos custos de transação oriundos das cédulas de crédito bancário do Unibanco.

Notas Explicativas

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, os tributos diferidos ativos registrados devem estar suportados por um estudo técnico que demonstre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a sua realização. A Companhia elaborou esse estudo técnico, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	30.6.2012		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Prazo de recuperação dos créditos (Ativo) tributários diferidos:			
2012	(8.322)	(2.996)	(11.318)
2013	4.223	1.520	5.743
2014	17.379	6.257	23.636
2015	20.260	7.294	27.554
2016	23.963	8.627	32.590
2017 a 2019	74.969	26.989	101.958
2020 a 2021	57.911	20.848	78.759
Total do ativo fiscal diferido registrado (Até 10 anos)	190.383	68.539	258.922
2022	34.837	12.541	47.378
2023 a 2025	71.329	25.678	97.007
2026 a 2027	93.485	33.655	127.140
Total do ativo fiscal diferido	390.034	140.413	530.447

A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada perda na realização desses créditos.

Notas Explicativas

8. Contas a Receber – Acordos

A composição do saldo do contas a receber – acordos é como segue:

	30.6.2012			31.12.2011		
	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido	Saldo	PCLD (*)	Saldo líquido
<u>CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	9.948	(9.948)	-	11.183	(11.183)	-
Consumidores	7.375	-	7.375	7.503	-	7.503
Total	17.323	(9.948)	7.375	18.686	(11.183)	7.503
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Termo de confissão de dívida:						
Prefeituras municipais diversas	41.628	(40.895)	733	44.401	(43.511)	890
Consumidores	24.362	(17.732)	6.630	23.799	(16.674)	7.125
Total	65.990	(58.627)	7.363	68.200	(60.185)	8.015
Total geral	83.313	(68.575)	14.738	86.886	(71.368)	15.518

(*) PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota nº 9.

9. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de origem	Saldo em 31.12.2011	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Saldo em 30.6.2012
<u>CIRCULANTE</u>					
Consumidores - nota nº 5	(33.679)	(8.727)	28	4.417	(37.961)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota nº 8	(11.183)	(92)	1.327	-	(9.948)
Total	(44.862)	(8.819)	1.355	4.417	(47.909)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Consumidores - nota nº 5	(58.225)	(695)	63	-	(58.857)
Contas a receber - acordos - Consumidores - nota nº 8	(16.674)	(1.058)	-	-	(17.732)
Contas a receber - acordos - Prefeituras municipais diversas - nota nº 8	(43.511)	-	2.616	-	(40.895)
Total	(118.410)	(1.753)	2.679	-	(117.484)
Total Geral	(163.272)	(10.572)	4.034	4.417	(165.393)

10. Outros Créditos

A composição do saldo de outros créditos é como segue:

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Clientes diversos	2.707	2.793
Cauções e depósitos vinculados	30.732	6.081
Programa de eficiência energética	544	356
Outros	58	1
Total	34.041	9.231
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Programa de eficiência energética	25	102
Total	25	102

Em 30 de junho de 2012, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus depósitos vinculados no montante de R\$28.308. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

Notas Explicativas

11. Contratos de Concessão Público – Privado

	30.6.2012	31.12.2011
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro de concessão	342.497	201.531
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível de concessão - nota nº 13	1.561.861	1.580.052
Total contratos de concessão público - privado	1.904.358	1.781.583

O ICPC 01 (IFRIC 12) *Contratos de concessão* estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Características do Contrato de Concessão da Companhia

Em 06 de novembro de 1997, a Companhia e o Ministério de Minas e Energia e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 12/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL manifestar-se-á até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 *Contratos de Concessão* foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

Conforme descrito na nota nº 34.6.3, o reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos.

Notas Explicativas

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

A movimentação do ativo financeiro de concessão é como segue:

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	(-) Obrigações especiais	Atualização das obrigações especiais	Total do ativo financeiro de concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	194.178	16.121	(7.940)	(828)	201.531
Baixas	(439)	-	-	-	(439)
Atualização	-	9.961	-	(392)	9.569
Transferência proveniente do ativo intangível de concessão	34.655	-	(4.283)	-	30.372
Transferência proveniente do ativo intangível de concessão (*)	101.464	-	-	-	101.464
Saldo em 30 de junho de 2012	329.858	26.082	(12.223)	(1.220)	342.497

(*) A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa nº 474 alterou o valor do ativo financeiro da concessão. Essa alteração reduziu a taxa média de depreciação dos ativos de 5,14% para 4,77% e consequentemente aumentou o valor estimado da parcela dos investimentos que não serão amortizados até o término do prazo da concessão. Desse modo, a Companhia registrou o impacto do aumento do ativo financeiro de concessão no montante de R\$101.464, em contrapartida à rubrica de ativos intangíveis de concessão.

12. Imobilizado – Arrendamento Mercantil

No grupo do ativo imobilizado, são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	30.6.2012	31.12.2011
<u>Em Serviço</u>			
<u>Custo histórico</u>			
Arrendamento financeiro		3.850	3.976
<u>Depreciação e amortização</u>			
Arrendamento financeiro	25%	(2.925)	(2.832)
Total do imobilizado		925	1.144

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento financeiro referem-se basicamente a equipamentos de informática.

Notas Explicativas

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	30.6.2012	31.12.2011
Intangível:		
Ativo intangível concessão		
Intangível de concessão	1.009.516	1.079.527
Amortização	(181.894)	(152.620)
Ativo intangível de concessão em curso	297.854	202.417
Subtotal	1.125.476	1.129.324
Outros intangíveis de concessão (*)		
Aquisição de direito de concessão	802.164	802.164
Amortização	(365.779)	(351.436)
Subtotal	436.385	450.728
Total do ativo intangível	1.561.861	1.580.052

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(*) “Os outros intangíveis decorrem da incorporação da controladora AES Guaíba Empreendimentos Ltda. em 29 de maio de 1998, anteriormente classificados como ágio da aquisição do Contrato de Concessão de distribuição de energia elétrica registrada de acordo com o seu fundamento econômico”.

A movimentação do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis de concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço			Ativo intangível	Amortização Acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais	Aquisição de direito de concessão			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	220.157	(17.740)	1.214.832	(135.307)	802.164	2.084.106	(504.054)	1.580.052
Adições	178.509	(3.450)	1.502	-	-	176.561	(59.294)	117.267
Baixas	-	-	(19.297)	-	-	(19.297)	11.660	(7.637)
Amortização das obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	4.015	4.015
Transferência para o ativo intangível em serviço	(64.439)	15.189	64.439	(15.189)	-	-	-	-
Transferência para o ativo financeiro de concessão	(34.655)	4.283	-	-	-	(30.372)	-	(30.372)
Transferência para o ativo financeiro de concessão (*)	-	-	(101.464)	-	-	(101.464)	-	(101.464)
Saldo em 30 de junho de 2012	299.572	(1.718)	1.160.012	(150.496)	802.164	2.109.534	(547.673)	1.561.861

(*) Vide movimentação do ativo financeiro de concessão – nota nº11.

Notas Explicativas

14. Fornecedores

A composição das contas “Fornecedores - suprimento”, “Transmissão de energia elétrica” e “Materiais e serviços” é a seguinte:

	30.6.2012	31.12.2011
Suprimento e Transmissão:		
Comercialização no CCEE - nota nº 37.1.1	203.943	196.566
Eletobrás – Repasse de Itaipu	45.089	35.225
Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE	-	1.091
Leilão - CCEAR	95.686	83.182
MCSD - Trocas livres	4.714	3.643
Encargos de conexão	7.637	2.632
Transporte Itaipu	2.025	2.022
Uso da transmissão - Outros	23.214	27.365
Uso da transmissão - ESS - nota nº 37.1.1	16.649	16.441
Subtotal	398.957	368.167
Materiais e Serviços	54.143	58.556
Total	453.100	426.723

Parte do saldo a pagar junto a CCEE é referente à publicação do Despacho nº 288 (Vide nota nº 37.1).

15. Tributos a Pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar	30.6.2012	31.12.2011
CIRCULANTE		
Contribuição social - CSLL	6.652	729
Imposto de renda - IRPJ	18.004	731
Total	24.656	1.460
Outros tributos a pagar		
CIRCULANTE		
Tributos e contribuições sociais parcelados (a)	2.963	2.920
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviço - ICMS	16.237	18.564
Cofins	8.338	11.063
Pis	1.810	2.402
INSS	2.307	1.493
FGTS	355	566
Outros	2.085	2.438
Total	34.095	39.446
NÃO CIRCULANTE		
Tributos e contribuições sociais parcelados (a)	4.197	5.596
Total	4.197	5.596

Notas Explicativas

a) Tributos e contribuições sociais parcelados

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, migrando o saldo remanescente do PAES (modalidade anterior de parcelamento), fazendo opção pelo pagamento em até 180 parcelas com aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para compensação de multas e juros. Também registrou os efeitos das reduções permitidas pela legislação e o crédito fiscal para compensação das multas e juros remanescentes após os descontos. O efeito no lucro líquido do 4º trimestre de 2009 foi positivo em aproximadamente R\$24.632.

Em junho de 2011 a Companhia não conseguiu concluir a consolidação do parcelamento da Lei 11.941/2009, tendo em vista que os débitos agrupados no processo do PAES não foram passíveis de inserção, por falha no sistema da Receita Federal do Brasil. Desta forma, efetuou a consolidação prevista nos artigos nºs 1 e 3 da Lei 11.941/09 de forma parcial, com os débitos que estavam disponíveis no sistema, em 61 parcelas indicando o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e protocolou petição solicitando a consolidação desses demais débitos de forma manual. Além da migração do saldo remanescente do PAES foi incluído o saldo remanescente de um parcelamento ordinário no montante de R\$1.774.

O saldo total de R\$7.160 registrado no balanço da Companhia demonstra o que se entende ser a dívida consolidada em 30 de junho de 2012, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade	Forma	Valor Consolidado	Juros	Amortizações	Saldo 30.6.2012
Artº 1	Via site RFB	1.774	318	(550)	1.542
Artº 2	Via site RFB	2.853	110	(2.426)	537
Artº 3	Via petição (Manual)	27.002	1.038	(22.959)	5.081
		31.629	1.466	(25.935)	7.160

Notas Explicativas

16. Empréstimos, Financiamentos, Encargos de Dívidas e Custos de Transação

16.1 O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	30.6.2012	31.12.2011
Encargos de Dívidas		
Moeda nacional	14.349	17.629
Total	14.349	17.629
PRINCIPAL - CIRCULANTE		
Moeda estrangeira	-	1.861
Moeda nacional	25.436	25.279
Custos de transação a amortizar	(2.074)	(1.950)
Subvenções governamentais	(2.042)	(1.817)
Total	21.320	23.373
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE		
Moeda nacional	651.229	648.809
Custos de transação a amortizar	(11.640)	(12.989)
Subvenções governamentais	(11.369)	(9.727)
Total	628.220	626.093
Total geral	663.889	667.095

Moeda Estrangeira	31.12.2011			
	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Circulante
Instituições Financeiras / Credores	2012	US\$	12%	1.861
Eletróbrás Itaipu - a.1				

Moeda Nacional	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Índice de Atualização	(% a.a.)	30.6.2012				Custo de Transação a Amortizar		
					Dívida			Subvenções Governamentais		Circulante	Não Circulante
					Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos											
	Consumidores - a.4	2013	IGP-M	6,00%	-	6.841	-	-	-	-	-
	Eletróbrás - Luz para todos - a.2.1	2023	-	5,00%	-	6.719	50.689	(777)	(6.807)	-	-
	Eletróbrás - Finel - a.2.2	2016	-	5,00%	-	10.391	20.687	(1.101)	(3.425)	-	-
	BNDES - Finame - Banco Safra - a.5.1	2012	TJLP	3,55%	2	582	-	-	-	-	-
	BNDES - Finame - Banco Itaipu - a.5.2	2016	-	8,70%	7	423	1.339	-	-	-	-
	BNDES - Finame - Banco Itaipu - a.5.3	2016	-	10,00%	33	-	3.064	-	-	-	-
	FINEP - a.7	2020	-	5,00%	13	-	6.296	(164)	(1.137)	-	-
	CCB - Unibanco - a.3	2018	CDI	1,70%	14.294	-	568.625	-	-	(2.074)	(11.640)
	Subtotal				14.349	24.956	650.700	(2.042)	(11.369)	(2.074)	(11.640)
Leasing											
	Arrendamento mercantil - a.6	2015	-	10,90%	-	480	529	-	-	-	-
	Subtotal				-	480	529	-	-	-	-
	Total				14.349	25.436	651.229	(2.042)	(11.369)	(2.074)	(11.640)

Moeda Nacional	Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Índice de Atualização	(% a.a.)	31.12.2011				Custo de Transação a Amortizar		
					Dívida			Subvenções Governamentais		Circulante	Não Circulante
					Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos											
	Consumidores - a.4	2012	IGP-M	6,00%	-	6.594	-	-	-	-	-
	Eletróbrás - Luz para todos - a.2.1	2022	-	5,00%	-	6.025	49.613	(614)	(5.395)	-	-
	Eletróbrás - Finel - a.2.2	2016	-	5,00%	-	10.391	25.882	(1.203)	(4.332)	-	-
	BNDES - Finame - Banco Safra - a.5.1	2012	TJLP	3,55%	5	1.362	-	-	-	-	-
	BNDES - Finame - Banco Itaipu - a.5.2	2016	-	8,70%	5	353	1.551	-	-	-	-
	BNDES - Finame - Banco Itaipu - a.5.3	2016	-	10,00%	4	-	2.432	-	-	-	-
	CCB - Unibanco - a.3	2018	CDI	1,70%	17.615	-	568.625	-	-	(1.950)	(12.989)
	Subtotal				17.629	24.725	648.103	(1.817)	(9.727)	(1.950)	(12.989)
Leasing											
	Arrendamento mercantil - a.6	2015	-	10,90%	-	554	706	-	-	-	-
	Subtotal				-	554	706	-	-	-	-
	Total				17.629	25.279	648.809	(1.817)	(9.727)	(1.950)	(12.989)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros: (i) relação da dívida líquida com o Ebitda ajustado (*), (ii) Ebitda ajustado sobre Resultado Financeiro. Em 30 de junho de 2012, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida captada junto ao Unibanco (Cédulas de crédito bancário - CCB).

(*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA (i) acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização; (b) despesas financeiras; (c) eventuais provisões ou outras despesas operacionais que não se configurem em saída de caixa a curto prazo registrados em relação a tal período e determinado em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e (ii) deduzidos todos os valores atribuíveis à (sem duplicidade): receitas financeiras, e eventuais receitas operacionais que não se configurem em entrada de caixa a curto prazo registrados em relação a tal período e determinado em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros, são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a.1) Eletrobrás - Itaipu

Em 19 de abril de 2004, a Companhia renegociou o saldo devedor junto à Eletrobrás referente às faturas em atraso relacionadas à compra de energia de Itaipu, transformando o perfil para dívida financeira no valor de US\$47.378 calculada na data de 14 de abril de 2004, quantia esta equivalente a R\$136.691, naquela data.

O prazo de vigência deste contrato é de 96 meses, com período de carência de 12 meses, sendo que o principal será pago em 84 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia de cada mês, com início em 30 de abril de 2005. O referido contrato prevê pagamentos mensais de juros com remuneração de 1% ao mês.

Em função da liquidação do saldo devedor junto a Eletrobrás em 30 de março de 2012, a Companhia realizou o levantamento dos montantes dados como garantia.

a.2) Eletrobrás

A Companhia possui atualmente duas linhas de financiamento com a Eletrobrás: “Eletrobrás - Luz Para Todos” e “Eletrobrás – Financiamento”.

Notas Explicativas

Esses contratos de empréstimos captados junto a Eletrobrás têm as seguintes características:

a.2.1) Eletrobrás – Luz para Todos (*)

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos" concedeu à Companhia, crédito nos valores e datas demonstrados nas tabelas abaixo:

Recursos	Data	Reserva Global de Reversão	Conta de Desenvolvimento Energético	Total
1º Tranche	01/06/05	234	780	1.014
	11/01/06	1.121	3.736	4.857
	31/08/07	511	1.705	2.216
2º Tranche	24/11/06	1.374	4.580	5.954
	19/12/07	1.832	6.107	7.939
	16/04/08	50	162	212
3º Tranche	02/04/07	2.562	8.542	11.104
	21/01/08	1.708	5.695	7.403
	19/03/08	1.708	5.695	7.403
4º Tranche	03/04/08	17.970	2.765	20.735
	25/09/08	11.980	1.843	13.823
	17/10/08	11.980	1.843	13.823
5º Tranche	15/09/10	2.080	318	2.398
	05/05/10	4.555	701	5.256
	26/11/10	6.074	934	7.008
6º Tranche	09/02/12	1.349	207	1.556
	31/03/11	1.447	223	1.670
	09/02/12	3.223	496	3.719
		71.758	46.332	118.090

Estes recursos são provenientes da CDE e da RGR. Os recursos da CDE são enquadrados como subvenção econômica, em razão de não haver a obrigatoriedade da devolução dos valores recebidos junto à Eletrobrás, desde que sejam cumpridas e atendidas todas as exigências contratuais. Já os recursos provenientes da RGR deverão ser pagos em prestações mensais.

O período de carência do principal é de 24 meses contados a partir de cada contrato e o prazo de amortização é de 120 meses.

a.2.2) Eletrobrás – Financiamento

A Eletrobrás concedeu à Companhia três linhas de financiamento para construção de linhas de transmissão, subestações e ampliação de subestações.

Os recursos destas linhas de financiamento são provenientes da RGR, e deverão ser pagos em prestações mensais. O período de carência destas linhas de financiamento é de 24 meses, com prazo de amortização de até 60 meses. Os contratos terão pagamentos mensais de juros.

Notas Explicativas

Os saldos por contratos são demonstrados abaixo:

Data	Contrato	Saldo
24/07/06	2562	2.412
24/07/06	2566	3.882
01/07/09	2754	24.784
	Saldo da Dívida	<u>31.078</u>

Ambos os empréstimos captados via Eletrobrás são de origem governamental e possuem taxas de juros contratuais inferiores às taxas praticadas no mercado e estão vinculados diretamente à aquisição de bens que compõem os ativos sob concessão. Desse modo, os subsídios presentes nas taxas de juros desses empréstimos são caracterizados como uma subvenção governamental (Vide nota nº 17).

a.3) CCB – Cédula de Crédito Bancário Unibanco

Em 28 de junho de 2006, a Companhia obteve empréstimo junto ao Unibanco no valor total de R\$650.000, cujos recursos foram destinados para o pagamento de parcela do saldo de juros das FRNs e para o resgate antecipado da totalidade de suas Debêntures em circulação.

Em 30 de setembro de 2010 o referido contrato foi aditivado no valor de R\$568.625, passando as 26 Cédulas Seriadas a serem registradas por uma única cédula de crédito bancário. As principais alterações foram: redução da taxa contratual de juros para CDI + 1,7% a.a (Taxa efetiva – CDI + 1,77% a.a.) e alteração do vencimento final para 01 de outubro de 2018, com período de carência de 48 meses para pagamento do valor principal. A Companhia pagou comissão de renegociação de 0,70% sobre o valor do contrato, no montante de R\$3.980 a qual foi capitalizada e está sendo amortizada ao longo do contrato.

O contrato prevê pagamentos semestrais de juros e a amortização será realizada em 5 parcelas anuais a partir do 48º mês.

O referido contrato prevê ainda, as seguintes garantias: penhor de ações de emissão da Companhia detidas pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., cessão fiduciária de determinados direitos creditórios e recursos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças. O valor dos direitos creditórios equivale a 15% do montante líquido da arrecadação proveniente do fornecimento de energia elétrica.

Notas Explicativas

a.4) Consumidores

O empréstimo denominado “Consumidores” refere-se a convênios de devolução de valores, provenientes basicamente da expansão da rede de distribuição, adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar as suas ligações. Estes valores, até 1998, eram devolvidos em quatro anos a partir da data de conclusão da instalação, sem a incidência de juros ou atualizações monetárias. Os adiantamentos recebidos após o exercício de 1998 passaram a ser devolvidos no prazo de um ano, atualizados pela variação do IGP-M.

A partir de 2003, houve várias alterações regulatórias nas regras de participação financeira de obras destinadas ao atendimento de consumidores, sobretudo a publicação da Resolução n.º. 223 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que alterou os prazos e as modalidades de devoluções.

Assim, a partir de 29 de abril de 2003 as obras que se enquadram nos critérios da universalização, cujos recursos foram antecipados ou a obra tenha sido executada pelo interessado passarão a ter seus valores restituídos pela concessionária em 45 dias ou no final do ano previsto para universalização do Município, conforme o caso, atualizados pela variação mensal do IGP-M, acrescidos de juros a razão de 0,5 % ao mês, aplicáveis entre a data da ligação da unidade consumidora e a data da devolução.

a.5) BNDES - Finame

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía 3 linhas de financiamento dessa categoria, conforme segue:

a.5.1) BNDES – FINAME - Banco Safra

Trata-se de contratos firmados com o Banco Safra para financiamento de equipamentos no montante de R\$582 cujo vencimento final se dará em 2012, com amortizações mensais do principal. A taxa de juros contratada é TJLP + 3,55% ao ano, sendo os juros pagos mensalmente.

a.5.2) BNDES – Finame – Banco Itaú

Em dezembro de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$1.904 para a compra de veículos cujo vencimento final será em 2016, com 54 amortizações mensais do principal, após a carência de 6 meses. A taxa de juros contratada é de 10,0% ao ano, sendo o pagamento de juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.

Notas Explicativas

a.5.3) BNDES – Finame – Banco Itaú

Em dezembro de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$2.432 para a compra de transformadores cujo vencimento final será em 2016, com 36 amortizações mensais do principal, após a carência de 24 meses. Em janeiro de 2012, houve a liberação adicional de um crédito no montante de R\$632. A taxa de juros contratada é de 8,7% ao ano, sendo o pagamento de juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.

a.6) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se basicamente a arrendamentos de equipamentos de informática e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 30 de junho de 2012, registrados pela Companhia era de R\$1.009 (R\$1.260 em 31 de dezembro de 2011) no passivo, e R\$925 (R\$1.144 em 31 de dezembro de 2011) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$480 até um ano e R\$529 até quatro anos. Os pagamentos de arrendamento mercantil foram de R\$150 durante o semestre findo em 30 de junho de 2012.

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$925 em 30 de junho de 2012 e de R\$1.144 em 31 de dezembro de 2011.

a.7) Financiadora de estudos e projetos - FINEP

Em março de 2012 a Companhia obteve um financiamento junto a FINEP recursos no montante de R\$6.296 para o financiamento de projetos de inovação, cujo vencimento final será 2020, com 81 amortizações do principal após a carência de 20 meses. A taxa de juros contratada é de 5% ao ano, sendo o pagamento dos juros mensal durante e após a carência.

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (Vide nota nº 17).

Notas Explicativas

16.2 Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

a) Moeda estrangeira

	31.3.2012			31.12.2011		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	-	-	100,00	992	1.861	100,00
Total	-	-	100,00	992	1.861	100,00

b) Moeda nacional

	30.6.2012		31.12.2011	
	R\$	%	R\$	%
IGPM	6.841	1,05	6.594	1,02
CDI	554.911	85,43	553.686	85,50
TJLP	582	0,09	1.362	0,21
Taxa fixa	87.206	13,43	85.963	13,27
Total	649.540	100,00	647.605	100,00

16.3 Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Eletrobrás - Luz para todos	Eletrobrás - Finel	BNDES - Finame Itaú	BNDES - Finame Itaú	FINEP	CCB Unibanco	Arrendamento mercantil	Custo de transação a amortizar	Saldo Líquido
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2013	2.970	4.006	211	341	187	-	56	(2.082)	5.689
2014	6.018	4.603	423	1.021	692	113.725	255	(3.020)	123.717
2015	6.065	5.027	423	1.021	710	113.725	191	(2.534)	124.628
2016	6.131	3.626	282	681	742	113.725	27	(1.987)	123.227
2017	6.116	-	-	-	777	113.725	-	(1.881)	118.737
2018 a 2020	14.316	-	-	-	2.051	113.725	-	(136)	129.956
2021 a 2023	2.266	-	-	-	-	-	-	-	2.266
	43.882	17.262	1.339	3.064	5.159	568.625	529	(11.640)	628.220

16.4 A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	30.6.2012	31.12.2011	30.6.2012	31.12.2011
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,0213	1,8758	7,76	12,58
TJLP (*)	-	-	6,00	6,00
IGP-M (*)	-	-	5,14	5,10
CDI (**)	-	-	8,38	10,87

(*) Índice acumulado nos últimos doze meses.

(**) Índice do último dia do período.

Notas Explicativas

16.5 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Varição	Pagamentos	IRRF	Baixas	Amortização - Custos de empréstimos	Subvenções Governamentais (*)	Saldo Final 30.6.2012
Eletrobrás Itaipu	1.861	-	17	(110)	(1.768)	-	-	-	-	-
Consumidores	6.594	837	208	-	(798)	-	-	-	-	6.841
Eletrobrás - Luz para todos	49.629	4.572	1.452	-	(3.964)	(290)	-	-	(1.575)	49.824
Eletrobrás - Finel	30.738	-	853	-	(5.877)	(171)	-	-	1.009	26.552
BNDES - Finame - Banco Safra	1.367	-	45	-	(828)	-	-	-	-	584
BNDES - Finame - Banco Itaú	1.909	-	90	-	(230)	-	-	-	-	1.769
BNDES - Finame - Banco Itaú	2.436	632	131	-	(102)	-	-	-	-	3.097
FINEP	-	6.296	92	-	(79)	-	-	-	(1.301)	5.008
CCB - Unibanco	571.301	-	31.252	-	(34.573)	-	-	1.225	-	569.205
Arrendamento mercantil	1.260	19	24	-	(150)	-	(144)	-	-	1.009
Total	667.095	12.356	34.164	(110)	(48.369)	(461)	(144)	1.225	(1.867)	663.889

(*) A movimentação das subvenções governamentais está demonstrada na nota nº 17.

17. Subvenções Governamentais

Conforme mencionado na nota nº16, a Companhia possui atualmente três linhas de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, dentre eles: Eletrobrás – “Luz para Todos”, Eletrobrás – “Finel” e “FINEP”. A realização dessas subvenções governamentais ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para o Programa Nacional de Universalização do Acesso, Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", para o financiamento de projetos de inovação através do FINEP e para construção de linhas de transmissão, subestações e ampliação de subestações. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela Companhia atreladas a essas subvenções.

A composição do saldo de subvenções governamentais é como segue:

Subvenções governamentais	30.6.2012	31.12.2011
Eletrobrás - Luz para todos	7.584	6.009
Eletrobrás - Finel	4.526	5.535
FINEP	1.301	-
Total	13.411	11.544
Circulante	2.042	1.817
Não Circulante	11.369	9.727
Total	13.411	11.544

Notas Explicativas

A movimentação das subvenções governamentais no semestre findo em 30 de junho de 2012 é como segue:

	Saldo Inicial 31.12.2011	Recebidas durante o período	Baixadas no resultado	Saldo Final 30.6.2012
Eletrobrás - Luz para todos	6.009	2.078	(503)	7.584
Eletrobrás - Finel	5.535	-	(1.009)	4.526
FINEP	-	1.341	(40)	1.301
Total	11.544	3.419	(1.552)	13.411

Em 30 de junho de 2012, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, classificadas conforme estipuladas em contrato, terão os seguintes prazos de realização:

	Eletrobrás - Luz para todos	Eletrobrás - Finel	FINEP
	R\$	R\$	R\$
2013	565	819	124
2014	1.051	1.345	241
2015	1.004	921	223
2016	938	340	191
2017	860	-	156
2018 a 2020	1.907	-	202
2021 a 2023	482	-	-
	6.807	3.425	1.137

18. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CEEE de Seguridade Social - Eletrocee é a entidade responsável pela administração do plano de benefícios patrocinado pela Companhia e tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes. O plano de benefícios foi constituído de acordo com as características de “benefício definido”, com regime financeiro de capitalização, utilizando como método atuarial o crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits (superávits) do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes no encerramento do exercício social, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2011.

O plano de benefício suplementar de aposentadoria e pensão, de acordo com estudo atuarial elaborado na data-base 31 de dezembro de 2011, apresentou déficit; entretanto, não existem ativos e passivos atuariais a serem reconhecidos em 30 de junho de 2012, em função das perdas atuariais diferidas.

Notas Explicativas

18.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

	31.12.2011
Valor presente das obrigações atuariais	306.708
Valor justo dos ativos do plano	(275.104)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	31.604
Perdas atuariais não reconhecidas	(44.515)
Ativo líquido não reconhecido	<u>(12.911)</u>

18.2 As despesas projetadas para o exercício de 2012 são as seguintes:

	2012
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	2.111
Juros sobre obrigação atuarial	28.988
Rendimento esperado dos ativos	(32.065)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	1.012
Total da receita projetada para o exercício	<u>46</u>

A Companhia possui um valor de R\$353 referente a empréstimos junto à Fundação Eletrocee referente a contrato de confissão de dívida, assumido em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 1997. As amortizações são mensais e, como garantia, foi oferecida à arrecadação de venda de energia mantida em cobrança junto a diversos bancos.

Os saldos referentes ao empréstimo Eletrocee estão assim representados:

Ano	Índice de atualização	Taxa de juros (a.a.)	Total
30.6.2012	INPC	9%	353
31.12.2011	INPC	9%	2.406

19. Obrigações Estimadas

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Férias	5.759	6.463
13º Salário	2.153	-
Participação nos lucros e resultados	6.049	12.440
Encargos sociais sobre férias	2.871	2.374
Bônus	60	95
Prêmio de assiduidade	412	84
Outros	231	43
Total	<u>17.535</u>	<u>21.499</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Bônus	22	73
Prêmio de assiduidade	179	535
Total	<u>201</u>	<u>608</u>

Notas Explicativas

20. Provisão para Litígios e Contingências

A composição do saldo das provisões para litígios e contingências e depósitos judiciais é como segue:

	Passivo		Ativo	
	Contingências		Cauções e depósitos vinculados	
	30.6.2012	31.12.2011	30.6.2012	31.12.2011
Trabalhista (a)	22.699	24.297	20.549	18.964
Processos fiscais (b)	1.555	1.475	121	120
Complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI (c)	1.663	2.363	-	-
Processos cíveis (d)	14.444	13.466	5.363	4.346
Multas regulatórias (e)	11.963	12.884	-	-
Meio ambiente (f)	7.346	7.346	-	-
Outras	879	1.586	-	-
Total	60.549	63.417	26.033	23.430
Circulante	41.037	42.959	-	-
Não Circulante	19.512	20.458	26.033	23.430
Total	60.549	63.417	26.033	23.430

- a) **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do pleito. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização no montante de R\$22.699 para cobrir os prováveis gastos futuros com processos judiciais desta natureza. A expectativa de desembolso está determinada que: (i) em até 1 ano R\$10.668, (ii) em até 2 anos R\$6.582 e (iii) em até 3 anos R\$5.449.
- b) **Processos fiscais:** existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- c) **Provisão para complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI:** em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço ao participante regularmente inscrito na Fundação Eletroceee, que, em 31 de dezembro de 1997, não havia cumprido todos os requisitos para fruição do mencionado benefício pela Fundação, mas que havia tido a aposentadoria concedida pela Previdência Oficial. O benefício deve ser pago pela Companhia até o atendimento dos requisitos necessários para que o participante possa receber o benefício através da Fundação. A Companhia provisionou o valor integral dos compromissos futuros das complementações salariais daqueles que, na data acima mencionada, exerceram os direitos da aposentadoria oficial, ajustado a valor presente pela taxa de 7% a.a.

Notas Explicativas

- d) **Causas Cíveis:** as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros. Com base em relatório emitido por assessores jurídicos a provisão para contingências cíveis é de R\$14.444, cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Administração da Companhia tem expectativa de que o desembolso ocorra da seguinte forma: R\$11.591 em até 1 ano e R\$2.853 em mais de 1 ano e Adicionalmente, a Companhia possui, para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$30.000.
- e) **Multas Regulatórias:** as penalidades regulatórias são sanções aplicadas pelo órgão regulador por supostos descumprimentos de regras setoriais. Estas penalidades, até o momento, estão sendo discutidas em processos administrativos, os quais devem obedecer ao trâmite legal perante a ANEEL. Conforme opinião dos nossos consultores internos, esses processos possuem probabilidade de perda provável.
- f) **Causas ambientais:** a Companhia e a coligada AES Florestal estão envolvidas em um único caso relativo a passivos ambientais, localizado em uma Unidade de Tratamento de Postes (UTM) recebida pela Companhia em novembro de 1997, após o processo de privatização da CEEE, e que foi operada pela AES até dezembro de 2005. Em fevereiro de 2006, em virtude de problemas no processo de privatização a CEEE retomou a posse do ativo.

Durante o período em que esteve na posse da Unidade de Tratamento de Madeira (UTM) de Barreto, no município de Triunfo - RS, a Companhia identificou a existência de passivo ambiental na área da Fábrica, relativo à época em que a CEEE havia operado a UPM, decorrente de produtos químicos usados no processo produtivo. A Companhia comunicou os fatos às autoridades competentes (Ministério Público Estadual e Órgão Ambiental Estadual (FEPAM)).

Após a comunicação da existência do passivo, o Ministério Público Estadual instaurou um Inquérito Civil nº 24/2005, que instruiu Ação Civil Pública ajuizada em 13/03/2008 em face da CEEE, CEEE-D, a Companhia e a coligada AES Florestal (empresas que operaram a Fábrica até a descoberta do passivo ambiental).

Antes do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo Ministério Público foi contratada uma empresa de consultoria ambiental para dar continuidade aos estudos ambientais, estruturando todos os documentos e avaliações ambientais que foram desenvolvidos.

Adicionalmente ao estudo técnico, o trabalho da empresa de consultoria envolveu a realização dos planos de contenção da contaminação através da remoção para os focos ativos de contaminação. Estes planos são compostos por atividades técnicas a serem desenvolvidas e cronograma físico-financeiro. O valor estimado para a realização do plano de contenção da contaminação, previsto no relatório técnico foi de R\$29.380.

Notas Explicativas

Em função da existência da ação civil pública, associada à finalização das avaliações técnicas ambientais e de acordo com os pareceres jurídicos elaborados por renomados escritórios jurídicos, foi provisionado o montante de R\$7.346 milhões, correspondente a 25% dos custos de contenção da contaminação.

Em outubro de 2011, foi deferida medida liminar exclusivamente contra a CEEE determinando a contenção e remoção dos focos de contaminação. Em 29 de junho de 2012 a ação encontrava-se em fase de instrução, aguardando a definição do perito judicial que conduzirá a perícia.

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Passivo				30.6.2012
	31.12.2011	Atualizações/ Ingressos	Baixas/ Pagamentos	Reversões Reclassificações	
Contingências trabalhistas	24.297	6.309	(6.289)	(1.618)	22.699
Contingências fiscais	1.475	91	-	(11)	1.555
Complementação temporária de proventos e para Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI	2.363	-	-	(700)	1.663
Contingências cíveis	13.466	7.609	(3.022)	(3.609)	14.444
Multas regulatórias	12.884	542	(1.464)	-	11.962
Meio ambiente	7.346	-	-	-	7.346
Outras	1.586	202	(248)	(660)	880
Total geral	63.417	14.753	(11.023)	(6.598)	60.549

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*, aprovado pela Deliberação CVM nº 94, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perda possível, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Valor estimado da Contingência	
	30.6.2012	31.12.2011
20.1 Ações Trabalhistas - Empregados	710	1.209
20.2 Ações Trabalhistas - Sub-Rogados	4.719	3.102
20.3 Ações Trabalhistas - Terceirizados	2.334	4.441
20.4 Execuções Fiscais Municipais	991	850
20.5 Auto de Infração ICMS	11.564	11.134
20.6 Ações Cíveis - Especiais	17.007	20.443
20.7 Ações Cíveis - Massa	1.377	2.826
20.8 Ações de Termos de Convênio	3.170	3.170

20.1 Ações Trabalhistas - Empregados

Sete ações ajuizadas por ex-trabalhadores contratados diretamente pela Companhia, a partir de 11 de agosto de 1997. Os pedidos têm como fundamento horas-extras, sobreaviso, adicional de periculosidade e diferenças salariais reclamados pelos autores das ações judiciais.

Notas Explicativas

20.2 Ações Trabalhistas – Sub-Rogados

Trinta e quatro ações ajuizadas contra a Companhia por ex-trabalhadores, que até 11 de agosto de 1997 eram empregados da CEEE e que, a partir de então, tiveram seus contratos de trabalho sub-rogados à Companhia.

20.3 Ações Trabalhistas – Terceirizados

Oitenta e duas ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços ou de empreiteiras contratadas pela Companhia.

20.4 Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos relativos ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

20.5 Auto de Infração ICMS – aplicação de decisão judicial sobre demanda contratada

A Companhia recebeu Autuação Fiscal (Auto de Lançamento Fiscal), no qual a Autoridade Fiscal Estadual constitui crédito tributário contra a Companhia, pelo pretenso descumprimento de ordem judicial exarada nos autos de processo judicial (Mandado de Segurança n. 001/1.05.0355252-0), que determinou que houvesse incidência do ICMS em relação apenas à energia efetivamente consumida (kWh). Em suma, o fisco estadual pretendeu fazer a Companhia tributar o ICMS sobre rubrica de demanda (kW) e não sobre consumo (kW/h).

Os fundamentos de defesa da Companhia são no sentido de reafirmar o estrito cumprimento da ordem judicial, sendo impossibilitada de agir em sentido diverso, por expressa vedação legal. Ainda, a Companhia ressalta em sua defesa a expressa manifestação pretérita do próprio fisco estadual no sentido de tributação do ICMS apenas sobre a energia efetivamente consumida (em kWh), em relação a outros clientes, bem como a tentativa do fisco de aplicar ordem judicial proferida em processo diverso, ao caso do processo judicial que originou o auto de lançamento.

20.6 Ações Cíveis – Especiais

São assim chamadas as ações que contêm grande repercussão econômica e valor da causa superior a R\$30. Os assuntos de maior recorrência neste grupo dizem respeito a ações indenizatórias por falha no serviço de distribuição, acidentes com a população e fraudes. Em 30 de junho de 2012, essas ações indenizatórias totalizam quatrocentas e oitenta e duas ações.

Notas Explicativas

20.7 Ações Cíveis – Massa

Nesta categoria de ações propostas contra a Companhia, a contingência dos processos é apurada conforme a média das condenações, considerando o número de entradas/baixas, o objeto da ação, o percentual de perda apurado e a média das condenações.

20.8 Ações de Termos de Convênio

Trata-se de demandas judiciais nas quais a parte autora alega ter firmado contrato com a distribuidora de energia para a realização de obras de instalação/expansão de rede de energia elétrica (especialmente área rural), tendo contribuído financeiramente para tais obras.

A parte autora, geralmente, requer o valor da contribuição sob a alegação de que há contrato que prevê a devolução dos valores ou, nas hipóteses em que não há previsão de devolução dos valores, que a quantia investida reverterá para o patrimônio da distribuidora, devendo, portanto, ser devolvida, sob pena de enriquecimento sem causa da concessionária.

Cartas de fiança e caução

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui cartas de fiança para compra de energia. As principais cartas de fianças da Companhia estão demonstradas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Contratos de financiamentos	14	131.227	0,75% a 1,25%
Contratos comerciais	73	56.278	0,60% a 1,25%

21. Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.397	6.733
Quota para a CCC - Sistemas isolados	5.458	10.040
Quota para a reserva global de reversão	5.993	5.734
Outros encargos	507	656
Total	19.355	23.163
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a reserva global de reversão	1.698	3.382
Total	1.698	3.382

Notas Explicativas

22. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Em conformidade com a Lei nº. 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Desse modo, os saldos registrados pela Companhia referentes à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética são compostos da seguinte forma:

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	15.203	15.135
Pesquisa e desenvolvimento	2.620	3.196
Empresa de pesquisa energética	275	272
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	550	543
Total	18.648	19.146
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eficiência energética	787	724
Pesquisa e desenvolvimento	4.782	4.730
Total	5.569	5.454

As despesas com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética no semestre findo em 30 de junho de 2012 estão divulgadas na nota nº 26.

A movimentação do saldo foi como segue:

	31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização Monetária	30.6.2012
Eficiência energética	15.859	4.629	-	(5.120)	622	15.990
Pesquisa e desenvolvimento	7.926	1.851	-	(2.692)	317	7.402
Empresa de pesquisa energética	272	926	(922)	-	-	276
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico	543	1.851	(1.845)	-	-	549
Total geral	24.600	9.257	(2.767)	(7.812)	939	24.217

Notas Explicativas

23. Outras Obrigações

	30.6.2012	31.12.2011
<u>CIRCULANTE</u>		
Outras taxas de iluminação pública	7.180	7.467
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica (*)	33.008	31.988
Consumidores - Créditos Resolução 024/00	863	603
PIS/COFINS diferença de alíquota	2.541	2.658
Lei 12.111 (**)	472	445
Adiantamento/crédito de clientes	3.124	1.809
Taxa de fiscalização - ANEEL	331	331
Bônus Itaipu	649	-
Outras	4.706	5.057
Total	52.874	50.358
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Cauções em garantia - Fomecedores	1.331	479
Total	1.331	479

(*) Vide nota nº 37.1.2

(**) A Lei 12.111/2009 dentre outras atribuições deu nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.991/2000, a qual estabelece que as distribuidoras de energia elétrica que operam nos Sistemas Interligado ficam obrigadas a recolher ao Tesouro Nacional, o adicional de 0,30% sobre a receita operacional líquida. Estabelece ainda que os referidos recursos serão utilizados para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para a geração de energia elétrica, ocorrida nos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

24. Patrimônio Líquido

24.1 Capital social:

O capital social autorizado da Companhia é de R\$1.500.000. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais de uma ou mais classes, guardando ou não proporção com as espécies e classes existentes. O preço de emissão das ações para aumento de capital deverá ser fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme as respectivas competências legais, sendo facultado a esta delegar poderes ao Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social de R\$433.236 está representado por 279.298 ações sem valor nominal, das quais 214.243 são ordinárias e 65.055 são preferenciais

Notas Explicativas

Cada ação ordinária terá direito a um voto na Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos não cumulativos de no mínimo 6% da parte do capital social integralizado própria a essa espécie de ações. As ações preferenciais adquirirão direito a voto caso os dividendos não sejam pagos durante 3 exercícios sociais.

No semestre findo em 30 de junho de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve emissão ou resgate de ações.

24.2 Composição acionária:

Ações em circulação

	30.6.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Guaiba II Empreendimentos Ltda	213.413	99,99	213.413	99,99
Outros	20	0,01	20	0,01
Total das ações	213.433	100,00	213.433	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Acionistas			
AES Guaiba II Empreendimentos Ltda	65.050	100,00	65.050	100,00
Total das ações	65.050	100,00	65.050	100,00

Ações em tesouraria

	30.6.2012		31.12.2011	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	810	100,00	810	100,00
Total das ações	810	100,00	810	100,00

	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
	Acionistas			
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.	5	100,00	5	100,00
Total das ações	5	100,00	5	100,00

Notas Explicativas

24.3 Reservas

A composição das reservas é a seguinte:

	30.6.2012	31.12.2011
Composição dos saldos das reservas:		
Reservas de capital		
Ágio na emissão	1.089	1.089
Remuneração de bens e direitos	2.475	2.475
Outorga de opção de compra de ações (i)	1.896	1.864
	5.460	5.428
Reserva de lucro:		
Reserva legal (ii)	36.028	36.028
Reserva estatutária (iii)	175.481	175.481
Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído (iv)	172.796	172.796
	384.305	384.305

- i) É composta por outorga de ações ou opção de compra de ações da AES Corp. aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.
- ii) De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.
- iii) Em 2 de dezembro de 2011 foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária a criação da Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. O saldo da referida reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social. A Companhia poderá destinar até 75% do lucro líquido ajustado a essa reserva estatutária.
- iv) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído é decorrente da parcela de dividendos devido ao sócio controlador originada pelo ágio auferido na incorporação reversa da controladora AES Guaíba I em abril de 1998, retida à época por deliberação do sócio controlador.

24.4 Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Em 30 de junho de 2012 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial era composto pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão, no montante de R\$16.410 (R\$10.094 em 31 de dezembro de 2011). Este saldo está sendo apresentado líquido do imposto de renda e da contribuição social.

Notas Explicativas

24.5 Dividendos declarados

Em 30 de junho de 2012, o saldo é de R\$471.344 (R\$471.344 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos dividendos dos exercícios de 2007 a 2011 pendentes de pagamento por força das restrições contidas no Despacho nº 1.580 da ANEEL (retenção de dividendos do acionista controlador) e Cláusulas do Contrato de Penhor de Ações, firmado em conjunto com a emissão das Cédulas de Crédito Bancário, a Companhia não poderá, temporariamente, distribuir os dividendos em favor do acionista controlador até que sejam liquidadas suas obrigações regulatórias.

A Companhia considera que as condições do despacho acima foram satisfeitas pela retenção dos dividendos destinados até o exercício de 2010, portanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia pode pagar dividendos em favor do seu acionista controlador. Desse modo, em 30 de junho de 2012, a Companhia tem registrado em seu passivo circulante o montante de R\$58.496.

25. Resultado por Ação

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Numerador:				
Lucro líquido do período	14.265	73.991	48.116	102.835
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	213.433	213.433	213.433	213.433
Média ponderada do número de ações preferenciais em circulação	65.050	65.050	65.050	65.050
Lucro por ação				
Lucro básico e diluído por ação ordinária	29,4837	243,9516	151,0360	347,5272
Lucro básico e diluído por ação preferencial	122,5605	337,0285	244,1129	440,6040

Em 30 de junho de 2012 e 2011, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora AES Corp., além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados.

Notas Explicativas

26. Receita Operacional Líquida

	1.4.2012 a 30.6.2012			1.4.2011 a 30.6.2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita da Prestação do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.013.212	559.430	247.189	987.042	531.115	229.344
Industrial	8.230	608.957	197.342	8.214	745.344	225.873
Comercial	85.727	293.546	128.219	85.639	279.343	121.948
Rural	108.311	277.404	45.782	106.646	254.189	41.220
Poder Público	8.615	48.348	22.544	8.299	46.367	21.569
Iluminação pública	111	55.675	12.177	111	56.416	12.317
Serviço público	859	52.262	18.550	849	52.168	18.363
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(1)	-	-	(1)
Remuneração do ativo financeiro	-	-	11.319	-	-	5.212
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	(364.698)	-	-	(372.982)
Subtotal - Fornecimento	1.225.065	1.895.622	318.423	1.196.800	1.964.942	302.863
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	(4.278)	-	-	(2.913)
Não faturado	-	-	(21.677)	-	-	(3.680)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	17	187.510	15.196	13	88.790	11.106
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	364.698	-	-	372.982
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	356	-	-	117
Energia elétrica de curto prazo - nota nº 28	-	-	9.632	-	-	2.578
Suprimento de energia elétrica	3	17.114	2.822	3	17.141	2.496
Receita de construção	-	-	102.051	-	-	60.284
Outras receitas	-	-	5.742	-	-	10.037
Receita Operacional Bruta	1.225.085	2.100.246	792.965	1.196.816	2.070.873	755.870
Quota para reserva global de reversão	-	-	(5.104)	-	-	(7.136)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	1	-	-	1
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(4.393)	-	-	(4.142)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(22.190)	-	-	(20.200)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(20.956)	-	-	(29.130)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(933)	-	-	(434)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(1.318)	-	-	(1.242)
ICMS	-	-	(144.323)	-	-	(141.159)
Cofins - corrente	-	-	(52.510)	-	-	(52.864)
Pis - corrente	-	-	(11.400)	-	-	(11.477)
Deduções a Receita a Bruta	-	-	(263.126)	-	-	(267.783)
Receita Operacional Líquida	1.225.085	2.100.246	529.839	1.196.816	2.070.873	488.087

Notas Explicativas

	1.1.2012 a 30.6.2012			1.1.2011 a 30.6.2011		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita da Prestação do Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	1.013.212	1.229.612	539.314	987.042	1.146.078	474.746
Industrial	8.230	1.188.148	373.790	8.214	1.372.637	398.408
Comercial	85.727	646.339	276.813	85.639	608.808	252.742
Rural	108.311	853.485	133.966	106.646	806.163	119.635
Poder Público	8.615	98.435	45.315	8.299	94.226	42.103
Iluminação pública	111	111.279	24.073	111	113.025	23.655
Serviço público	859	105.806	37.118	849	105.162	35.052
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(1)	-	-	(2)
Remuneração do ativo financeiro	-	-	21.963	-	-	9.290
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	(777.005)	-	-	(791.594)
Subtotal - Fornecimento	1.225.065	4.233.104	675.346	1.196.800	4.246.099	564.035
Outras						
Pis/Cofins diferença de alíquota	-	-	117	-	-	4.984
Não faturado	-	-	(4.279)	-	-	7.586
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	17	332.352	28.081	13	166.983	21.364
Transferências para atividades de distribuição (**)	-	-	777.005	-	-	791.594
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	620	-	-	196
Energia elétrica de curto prazo - nota nº 28	-	-	8.160	-	-	2.578
Suprimento de energia elétrica	3	38.656	6.070	3	37.527	5.035
Receita de construção	-	-	172.154	-	-	112.693
Outras receitas	-	-	11.837	-	-	20.476
Receita Operacional Bruta	1.225.085	4.604.112	1.675.111	1.196.816	4.450.609	1.530.541
Quota para reserva global de reversão	-	-	(10.076)	-	-	(9.467)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	1	-	-	2
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(9.257)	-	-	(8.358)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(44.380)	-	-	(40.400)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	-	(51.075)	-	-	(56.283)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(1.598)	-	-	(837)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(2.777)	-	-	(2.507)
ICMS	-	-	(300.978)	-	-	(278.248)
Cofins - corrente	-	-	(114.225)	-	-	(107.756)
Pis - corrente	-	-	(24.799)	-	-	(23.394)
Deduções a Receita Bruta	-	-	(559.164)	-	-	(527.248)
Receita Operacional Líquida	1.225.085	4.604.112	1.115.947	1.196.816	4.450.609	1.003.293

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, a concessionária realizou transferência da receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição, adotando para fins de valorização a tarifa definida pelo Órgão Regulador.

27. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	523.812	527.025	(56.342)	(44.844)
CGTEE	-	18.782	-	(2.120)
Comercialização no CCEE - nota nº 28	57.447	-	(33.671)	(8.722)
Compra - CCEAR	1.251.013	1.589.012	(138.831)	(121.285)
MCS D - Trocas livres	113.366	97.608	(11.575)	(9.508)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	28.845	22.513
Subtotal	1.945.638	2.232.427	(211.574)	(163.966)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	49.016	49.940	(10.372)	(8.724)
Total	1.994.654	2.282.367	(221.946)	(172.690)

Notas Explicativas

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Tarifa de transmissão - CEEE conexão	(5.824)	(5.490)
Tarifa de transmissão - Eletrosul conexão	(337)	(326)
Tarifa de transmissão - Itaipu transporte	(4.543)	(4.243)
Outras tarifas de transmissão - Rede básica	(54.198)	(44.345)
Encargos uso rede elétrica - ESS	(4.749)	(601)
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(1.765)	(1.896)
Encargo de energia de reserva - EER	(3.820)	521
Total	(75.236)	(56.380)

	MWh(*)		R\$	
	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	1.040.968	1.046.565	(105.520)	(91.610)
CGTEE	-	39.256	-	(4.278)
Comercialização no CCEE - nota nº 28	529.003	208.220	(50.966)	(14.981)
Compra - CCEAR	2.989.184	3.331.660	(317.501)	(274.854)
MCSD - Trocas livres	228.212	211.874	(23.158)	(21.280)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	58.636	48.025
Subtotal	4.787.367	4.837.575	(438.509)	(358.978)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra	99.628	95.537	(21.012)	(17.480)
Total	4.886.995	4.933.112	(459.521)	(376.458)

	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Tarifa de transmissão - CEEE conexão	(11.414)	(10.582)
Tarifa de transmissão - Eletrosul conexão	(669)	(625)
Tarifa de transmissão - Itaipu transporte	(9.023)	(8.471)
Outras tarifas de transmissão - Rede básica	(106.591)	(87.937)
Encargos uso rede elétrica - ESS	(5.577)	(993)
Tarifas de transmissão - CUSD RGE	(3.480)	(3.579)
Encargo de energia de reserva - EER	(6.898)	(913)
Total	(143.652)	(113.100)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

28. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Compras				
Ajustes divulgados pela CCEE no valor da compra de energia referente a exercícios anteriores	(33)	1.727	(1.836)	2.983
Compra de energia elétrica referente ao período	(33.638)	(52.693)	(6.886)	(17.964)
Total compra energia elétrica de curto prazo - nota nº 27	(33.671)	(50.966)	(8.722)	(14.981)
Vendas				
Venda de energia elétrica referente ao período - nota nº 26	9.632	8.160	2.578	2.578
Total venda energia elétrica de curto prazo	9.632	8.160	2.578	2.578

Notas Explicativas

29. Custo de Operação - Outros Custos

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Baixa do ativo intangível de concessão	6.619	244	(2.977)	(5.617)
Baixa do ativo financeiro de concessão	(132)	(439)	(232)	(388)
Perdas no estoque	(966)	(530)	(304)	(887)
Indenização por danos elétricos e não elétricos	(669)	(1.259)	(703)	(1.556)
Arrendamento e aluguéis	(420)	(771)	(433)	(813)
Tributos Estaduais	(174)	(746)	(205)	(661)
Publicidade	(285)	(486)	(239)	(649)
Seguros	(130)	(314)	(143)	(328)
Tributos - IPTU	(54)	(277)	(9)	(216)
ONS e ASMAE	(211)	(424)	(221)	(443)
Mensalidades	(80)	(205)	(84)	(205)
Outros	(528)	(551)	412	586
Total	2.970	(5.758)	(5.138)	(11.177)

30. Resultado Financeiro

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.680	8.475	4.539	8.013
Juros e multas sobre contas de energia elétrica em atraso	7.041	14.375	6.223	13.038
Multas por auto religação	2.374	4.159	1.425	2.742
Ajuste a valor presente - ICMS CIAP	804	(2.358)	510	990
Subvenções governamentais	789	1.552	632	1.180
Recebimento referente a aplicação financeira massa falida Banco Santos	-	-	-	712
Outras	333	545	628	843
Total	15.021	26.748	13.957	27.518
Despesas Financeiras				
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(15.975)	(34.147)	(20.302)	(39.258)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	-	(17)	(157)	(372)
Outros encargos	(3.862)	(6.922)	(4.975)	(8.367)
Transferido para o custo das imobilizações em curso	2.139	4.209	5.316	9.279
Custos de Empréstimos - Amortização do custo diferido	(606)	(1.225)	(651)	(1.319)
Subvenções governamentais	(789)	(1.552)	(632)	(1.180)
Multas RNT	(875)	(1.907)	(1.765)	(3.267)
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(386)	(723)	(16.768)	(17.545)
DIC/FIC/DMIC (*)	(2.787)	(6.268)	(2.188)	(7.775)
Correção monetária - Compra de crédito ICMS Uruguiana - nota nº 32	(33)	(89)	(81)	(350)
Juros sobre valores não repassados de CIP 2003/2009	-	-	(220)	(5.053)
Atualização - Contingências	(1.045)	(1.929)	(843)	(1.876)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(33)	(105)	(2)	(431)
Outras	(370)	(2.783)	(314)	(815)
Total	(24.622)	(53.458)	(43.582)	(78.329)
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas				
Variações monetárias - Moeda nacional	1.821	2.103	911	2.050
Variações monetárias - P&D e Eficiência Energética	(424)	(891)	(597)	(1.132)
Variações monetárias - Despacho 288	(3.079)	(3.909)	(1.073)	(3.924)
Variações cambiais - Itaipu	(3.338)	(2.624)	1.052	1.603
Variações cambiais - Outras	(1.108)	(993)	251	404
Total	(6.128)	(6.314)	544	(999)
Total Líquido	(15.729)	(33.024)	(29.081)	(51.810)

(*) DIC, FIC e DMIC são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Os indicadores DIC (Duração de Interrupção por Unidade Consumidora) e FIC (Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora) indicam por quanto tempo e o número de vezes respectivamente que uma unidade consumidora ficou sem energia elétrica durante um período considerado. O DMIC (Duração Máxima de Interrupção por Unidade Consumidora) é um indicador que limita o tempo máximo de cada interrupção, impedindo que a concessionária deixe o consumidor sem energia elétrica durante um período muito longo.

Notas Explicativas

31. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.4.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(3.034)	(12.526)	(1.127)	(4.624)
Diferidos	(2.429)	(4.710)	(876)	(1.747)
Total	(5.463)	(17.236)	(2.003)	(6.371)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	21.731	71.723	21.731	71.723
Adições (exclusões):				
Despesas Não Dedutíveis	70	60	70	60
Contribuições e Doações Não Dedutíveis	361	133	361	133
Receita não tributável - Benefício Lei 11.941/09	-	(283)	-	(283)
Outros	48	1	-	(11)
Multas indedutíveis	100	3	100	3
Total das adições (exclusões)	579	(86)	531	(98)
Base de cálculo	22.310	71.637	22.262	71.625
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	5.578	17.909	2.003	6.446
Incentivos Fiscais (PAT/Rouanet)	(102)	(310)	-	-
Ajustes de bases anteriores - consolidação Lei 11.941	-	(236)	-	(34)
Ajustes de bases anteriores - outros	(13)	(127)	-	(41)
Total da despesa (receita) com tributos	5.463	17.236	2.003	6.371
Alíquota efetiva	-25,1%	-24,0%	-9,2%	-8,9%

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011	1.1.2012 a 30.6.2012	1.1.2011 a 30.6.2011
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(17.566)	(15.287)	(6.490)	(5.645)
Diferidos	(10.027)	(22.578)	(3.614)	(8.182)
Total	(27.593)	(37.865)	(10.104)	(13.827)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	111.688	154.527	111.688	154.527
Adições (exclusões):				
Despesas Não Dedutíveis	118	148	118	148
Contribuições e Doações Não Dedutíveis	361	155	361	155
Receita não tributável - Benefício Lei 11.941/09	-	(283)	-	(283)
Outros	-	-	-	-
Multas indedutíveis	100	3	100	3
Total das adições (exclusões)	579	23	579	23
Base de cálculo	112.267	154.550	112.267	154.550
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	28.067	38.638	10.104	13.910
Incentivos Fiscais (PAT/Rouanet)	(461)	(378)	-	-
Ajustes de bases anteriores - consolidação Lei 11.941	-	(237)	-	(35)
Ajustes de bases anteriores - outros	(13)	(158)	-	(48)
Total da despesa (receita) com tributos	27.593	37.865	10.104	13.827
Alíquota efetiva	-24,7%	-24,5%	-9,0%	-8,9%

Notas Explicativas

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição, e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar no montante de R\$1.189.782 (R\$1.221.456 em 31 de dezembro de 2011) e de base negativa de contribuição social no valor de R\$1.189.820 (R\$1.221.494 em 31 de dezembro de 2011). Conforme legislação vigente o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Estes valores não têm prazo de prescrição e os respectivos créditos fiscais diferidos foram constituídos nos montantes compensáveis considerando o prazo da Concessão.

32. Partes Relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela AES Guaíba II Empreendimentos Ltda., a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da AES Corp.

32.1 As principais transações e saldos entre partes relacionadas no semestre findo em 30 de junho de 2012 estão demonstradas a seguir:

	30.6.2012	31.12.2011
Passivo Circulante		
AES Big Sky (ii)	1.682	802
AES Uruguiana - Compra de crédito de ICMS (i)	-	11.752
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	58.496	2
	60.178	12.556
Passivo Não Circulante		
AES Guaíba II Empreendimentos Ltda - Dividendos	412.848	471.342
	412.848	471.342

	1.4.2012 a 30.6.2012	1.1.2012 a 30.6.2012	1.4.2011 a 30.6.2011	1.1.2011 a 30.6.2011
Resultado				
AES Big Sky (ii)	(472)	(880)	(431)	(626)
AES Uruguiana - Correção monetária - Crédito ICMS - nota nº 30 (i)	(33)	(89)	(81)	(350)
	(505)	(969)	(512)	(976)

Notas Explicativas

- (i) O saldo remanescente que a Companhia possuía a pagar com a AES Uruguaiana era referente à transferência do crédito de ICMS entre as empresas, em anos anteriores. Através do despacho nº 492 datado de 9 de fevereiro de 2012 publicado pela ANEEL, foi anuído o Primeiro Aditivo ao Termo de Promessa de Aquisição de Crédito Tributário, firmado entre a Companhia (cessionária) e a AES Uruguaiana, pelo valor de R\$11.507, valor atualizado até 30 de abril de 2011. Em 28 de maio de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da 3ª e última parcela da promessa de aquisição de crédito tributário, liquidando desse modo, o débito total que a mesma possuía com a AES Uruguaiana.
- (ii) As operações com a AES Big Sky correspondem aos contratos de licença e manutenção de uso do software SAP e prestação de serviços de gerenciamento e administração da plataforma SAP, incluindo hospedagem no datacenter, suporte, gerenciamento de rede, correio eletrônico e determinadas tarefas correlacionadas. As operações com a AES BIG SKY foram aprovadas pela ANEEL por meio dos despachos nºs. 1.877/2006, 1.334/2008, e 1.526/2012.

32.2 Remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração alta administração. Nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	1.4.2012 a	1.1.2012 a	1.4.2011 a	1.1.2011 a
	30.6.2012	30.6.2012	30.6.2011	30.6.2011
Benefícios de curto prazo (a)	594	1.263	1.043	2.169
Benefícios pós-emprego (b)	11	26	23	49
Outros benefícios de longo prazo (c)	22	41	23	46
Remuneração Baseada em ações (d)	17	32	5	34
Total	644	1.362	1.094	2.298

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões e outros benefícios de aposentadoria;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) São benefícios a empregados relacionados com pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

Notas Explicativas

33. Seguros

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Responsabilidade Civil	01/06/12	01/06/13	30.000
Responsabilidade de Executivos	15/02/12	15/02/13	10.000
Riscos Operacionais	01/04/12	01/04/13	1.780.000
Frota veículos - RCF	31/08/11	31/08/12	RCFV Garantia Única R\$ 1.000
Vida em grupo	01/11/11	01/11/12	25 X salário

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

34. Instrumentos Financeiros

34.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5);
- d) Contas a receber – acordos (nota nº 8);
- e) Devedores diversos;
- f) Outros créditos (nota nº 10);
- g) Cauções e depósitos vinculados (nota nº 20);
- h) Ativo financeiro de concessão (nota nº 11);
- i) Fornecedores (nota nº 14);
- j) Empréstimos e financiamentos - incluem encargos (nota nº 16);
- k) Subvenções governamentais (nota nº 17);
- l) Contas a pagar a partes relacionadas (nota nº 32);
- m) Dividendos declarados (nota nº 24.5) e;
- n) Outras obrigações (nota nº 23).

Notas Explicativas

34.2 Síntese dos instrumentos financeiros por categoria

30.6.2012				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.777	-	13.777
Investimentos de curto prazo	-	106.785	-	106.785
Consumidores, concessionárias e permissionárias (*)	402.929	-	-	402.929
Contas a receber - acordos (*)	83.313	-	-	83.313
Cauções e depósitos vinculados (*)	26.033	-	-	26.033
Ativo financeiro de concessão	-	342.497	-	342.497
Total	512.275	463.059	-	975.334
PASSIVO				
Fornecedores (*)	-	-	453.100	453.100
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	-	663.889	663.889
Subvenções governamentais	-	-	13.411	13.411
Contas a pagar com partes relacionadas (*)	-	-	1.682	1.682
Dividendos declarados (*)	-	-	471.344	471.344
Total	-	-	1.603.426	1.603.426
31.12.2011				
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	-	30.636	-	30.636
Investimentos de curto prazo	-	155.808	-	155.808
Consumidores, concessionárias e permissionárias (*)	395.186	-	-	395.186
Contas a receber - acordos (*)	86.886	-	-	86.886
Cauções e depósitos vinculados (*)	23.430	-	-	23.430
Ativo financeiro de concessão	-	201.531	-	201.531
Total	505.502	387.975	-	893.477
PASSIVO				
Fornecedores (*)	-	-	426.723	426.723
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	-	-	667.095	667.095
Subvenções governamentais	-	-	11.544	11.544
Contas a pagar com partes relacionadas (*)	-	-	12.554	12.554
Dividendos declarados (*)	-	-	471.344	471.344
Total	-	-	1.589.260	1.589.260

(*) Os valores contábeis se aproximam do valor justo.

34.3 Valor justo e mensuração

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

30.06.2012					
Valor Justo		Mensuração			
Valor contábil	Valor de mercado	Nível I	Nível II	Nível III	
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	13.777	13.777	13.777	-	-
Investimentos de curto prazo	106.785	106.785	-	106.785	-
Ativo financeiro de concessão	342.497	342.497	-	342.497	-
Total Ativo	463.059	463.059	13.777	449.282	-
PASSIVO					
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	663.889	663.889	-	663.889	-
Subvenções governamentais	13.411	13.411	-	13.411	-
Total Passivo	677.300	677.300	-	677.300	-

Notas Explicativas

	31.12.2011				
	Valor Justo		Mensuração		
	Valor contábil	Valor de mercado	Nível I	Nível II	Nível III
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	30.636	30.636	14.445	16.191	-
Investimentos de curto prazo	155.808	155.808	-	155.808	-
Ativo financeiro de concessão	201.531	201.531	-	201.531	-
Total Ativo	387.975	387.975	14.445	373.530	-
PASSIVO					
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	667.095	667.095	-	667.095	-
Subvenções governamentais	11.544	11.544	-	11.544	-
Total Passivo	678.639	678.639	-	678.639	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de I a III, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de Nível II são utilizadas na mensuração de todos os investimentos de curto prazo e empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia.

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

34.4 Informações sobre liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

34.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2012 e este definido como o cenário provável; a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,17	6,25	8,33	10,41	12,50	
Posição em 30.6.2012						
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	106.785					
Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	4.448	6.671	8.895	11.119	13.343

Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas as quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2012, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de junho de 2012, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-M / TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2012, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de Juros	Posição em 30.6.2012	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012				
			Queda		Cenário Provável	Aumento	
			(- 50%)	(-25%)		(+25%)	(+ 50%)
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
Eletrobrás - Luz para todos	5,00%	57.408	NA	NA	NA	NA	NA
Eletrobrás - Fiel	5,00%	31.078	NA	NA	NA	NA	NA
BNDES Itau	8,70%	1.762	NA	NA	NA	NA	NA
BNDES Itau	10,00%	3.064	NA	NA	NA	NA	NA
FINEP	5,00%	6.296	NA	NA	NA	NA	NA
CDI							
CCB - Unibanco	CDI+1,7% a.a.	568.625	4,17%	6,25%	8,33%	10,41%	12,50%
			33.781	45.810	57.838	69.867	81.953
IGPM							
Consumidores	IGPM+6,00% a.a.	6.841	2,72%	4,08%	5,44%	6,79%	8,15%
			608	706	805	903	1.001
TJLP							
BNDES Safra	TJLP+3,55% a.a.	582	3,00%	3,75%	6,00%	7,50%	9,00%
			39	43	57	66	75
TOTAL			34.428	46.559	58.700	70.835	83.029

Notas Explicativas

34.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 118 municípios, compreendendo a região metropolitana de Porto Alegre até a fronteira com Uruguai e Argentina, atendendo a aproximadamente 1,2(*) milhão de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

34.6.1 Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

34.6.2 Riscos de taxa de juros e indexadores

A Companhia possui um empréstimo relevante remunerado pela variação do DI, acrescido de juros de 1,7% ao ano. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 30 de junho de 2012.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano), mas a Companhia está protegida através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

34.6.3 Risco de preço

Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET

Por meio da Audiência Pública (AP) nº 048/2010, a ANEEL submeteu proposta de composição e formato para os Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

A Referida AP nº 048/2010 resultou na publicação da Resolução Normativa nº 435, de 24/05/2011, que definiu a estrutura do PRORET, de modo a consolidar a regulamentação relativa aos processos tarifários.

Notas Explicativas

Revisão Tarifária Periódica

Em conformidade ao contrato de concessão, a Companhia passa pelo processo de revisão tarifária periódica a cada 5 anos. A 3ª revisão tarifária da Companhia está prevista para ocorrer em abril de 2013.

Em 10 de setembro de 2010 e 10 de janeiro de 2011, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 40/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 3 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 8 de Novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 463, de 22 de Novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica – 3CRTP.

Adicionalmente, através da Audiência Pública nº 120/2010, foram discutidas alterações na estrutura tarifária das distribuidoras, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 464, de 28 de Novembro de 2011. Os aspectos comerciais relacionados às alterações na estrutura tarifária provenientes do Módulo 7 do PRORET serão tratados posteriormente, com as devidas alterações na Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser reconhecidos quando de sua ocorrência e passaram a ser contabilizados no resultado quando de seu faturamento pelo fornecimento de energia gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no tópico anterior.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 078/2011, com período para envio de contribuição de 22/12/2011 a 23/3/2011, com o objetivo de colher “subsídios e informações adicionais para regulamentar os procedimentos de cálculos relativos aos processos de reajuste tarifário anual das concessionárias de distribuição de energia elétrica e dos componentes financeiros pertinentes, constantes dos Módulos 3 e 4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET”.

A regulamentação proposta nos módulos 3 e 4 ainda não foi aprovada pela ANEEL.

Reajuste tarifário 2012

A tarifa de fornecimento de acordo com o Contrato de Concessão é reajustada anualmente e revisada a cada cinco anos. O reajuste/revisão da Companhia ocorre no dia 19 de abril de cada ano.

A Agência Nacional de Energia (ANEEL) autorizou o reajuste médio das tarifas de energia da Companhia em 6,38% (seis vírgula trinta e oito por cento), sendo 10,38% (dez vírgula trinta e oito por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -4,00% (menos quatro por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, conforme tabela abaixo:

Tabela 1- Quadro Resumo do IRT 2012

Reajuste Tarifário 2012		
Parcela A	Encargos setoriais	-1,68%
	Energia Comprada	9,62%
	Encargos de transmissão	1,36%
	subtotal A	9,31%
Parcela B		1,07%
IRT Econômico		10,38%
Neutralidade da parcela A		-0,50%
CVA - Itens parcela A		-8,49%
Outros componentes financeiros		0,00%
Limite de repasse DSP 3865/2010 (redução contratos Furnas)		-0,53%
Subsídios Tarifários		5,52%
IRT Financeiro		-4,00%
IRT total		6,38%

O reajuste foi homologado através da Resolução Homologatória nº 1.280, de 17 de abril de 2012 e, entrou em vigor no dia 19 de abril de 2012.

Notas Explicativas

Os índices da tabela abaixo apresentados indicam efeito médio de 5,63% (cinco vírgula sessenta e três por cento) a ser percebido em média pelos consumidores cativos, composto pelos grupos de alta e média tensão:

(SUB)GRUPO	VARIAÇÃO
A	5,98%
B	5,31%
TOTAL	5,63%

34.6.4 Risco de mercado

O atual *portfólio* de contratos de energia da Companhia no ano de 2012 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida para cada produto.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual regulatória da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento, quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Notas Explicativas

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da distribuidora. Este repasse deverá ser concedido desde que atendidas às condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, cabe à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

34.6.5 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

34.6.6 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o semestre findo em 30 de junho de 2012 e para o exercício findo em 31 dezembro de 2011, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

34.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas “*covenants*” normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

34.6.8 Risco de Volatilidade dos Custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está sujeito à volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

Notas Explicativas

34.6.9 Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições econômicas, para possibilitar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos, entre outros instrumentos que julgar necessário.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, deduzidos o caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e cauções contratuais.

	30.6.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	(663.889)	(667.095)
Caixa e equivalentes de caixa	13.777	30.636
Investimentos de curto prazo	106.785	155.808
Cauções contratuais	30.732	6.081
Dívida líquida	(512.595)	(474.570)
Patrimônio líquido	(905.346)	(825.007)
Patrimônio líquido e dívida	57%	58%

35. Informações por Segmento

A Administração da Companhia é o órgão responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia é administrada como uma única operação, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais na região Centro Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia.

Notas Explicativas**36. Ativos e Passivos Regulatórios**

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas informações contábeis os seguintes saldos:

	30.6.2012	31.12.2011
<u>ATIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Outros créditos	12.657	13.978
Despesas pagas antecipadamente	48.870	32.645
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	61.527	46.623
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Outros créditos	10.271	4.367
Despesas pagas antecipadamente	7.934	10.272
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	18.205	14.639
TOTAL DO ATIVO	79.732	61.262
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Credores diversos	210.772	186.395
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	210.772	186.395
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Credores diversos	43.459	54.397
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	43.459	54.397
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Lucros (Prejuízos) acumulados	(179.530)	(34.537)
Resultado do exercício	5.031	(144.993)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(174.499)	(179.530)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.732	61.262
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>		
	9.854	(60.908)
<u>CUSTO OPERACIONAIS</u>		
<u>Custo com Energia Elétrica</u>		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.175)	2.622
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	3.417	(6.617)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	2.242	(3.995)
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>		
Receitas financeiras	4.120	1.633
Despesas financeiras	(13.391)	(7.801)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	2.206	(1.746)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(7.065)	(7.914)
RESULTADO	5.031	(72.817)

Notas Explicativas

A composição dos ativos e passivos regulatórios em 30 de junho de 2012 por ciclos são as seguintes:

	30.6.2012			TOTAL
	Ciclo 2010/2011	Ciclo 2011/2012	Ciclo 2012/2013	
ATIVO				
CIRCULANTE				
CVA - CCC	139	-	464	603
CVA - Rede básica	265	14.712	1.173	16.150
CVA - ESS	302	-	-	302
CVA - CDE	85	1.784	270	2.139
CVA - PROINFA	-	1.982	-	1.982
CVA - Transporte Itaipú	39	755	58	852
Déficit PLPT	-	8.989	-	8.989
PA Rede Básica Fronteira	-	824	-	824
TUSD FIO B - Res. 243	-	342	114	456
Subsídio TUSD Geração e Livres	-	1.038	301	1.339
Subsídio Irrigante	-	(15)	302	287
Subsídio Cooperativas	-	7.531	2.821	10.352
Subsídio Baixa Renda	-	1.382	-	1.382
Financeiro - Garantias Financeiras	-	233	-	233
Financeiros CUSD	-	482	-	482
RGR - Recuperar	-	3.325	560	3.885
Recurso IRT 2011 - Ajuste CERTEL	-	680	-	680
Recálculo desconstratação Furnas 2011	-	10.590	-	10.590
SubTotal	830	54.634	6.063	61.527
ATIVO				
NÃO CIRCULANTE				
CVA - CCC	-	-	1.391	1.391
CVA - Rede básica	-	-	3.519	3.519
CVA - CDE	-	-	809	809
CVA - transporte Itaipú	-	-	176	176
TUSD FIO B - Res. 243	-	-	341	341
Subsídio TUSD Geração e Livres	-	-	903	903
Subsídio Irrigante	-	-	906	906
Subsídio Cooperativas	-	-	8.462	8.462
RGR - Recuperar	-	-	1.698	1.698
SubTotal	-	-	18.205	18.205
Total	830	54.634	24.268	79.732
PASSIVO				
CIRCULANTE				
CVA - CCC	-	(330)	-	(330)
CVA - custo energia Itaipú - variação cambial	(248)	(3.832)	(87)	(4.167)
CVA - custo energia Itaipú - alteração	(80)	(1.130)	(31)	(1.241)
CVA - ESS	-	(7.684)	(506)	(8.190)
CVA - PROINFA	(23)	-	-	(23)
CVA - Aquisição de Energia	(1.531)	(155.055)	(9.709)	(166.295)
Déficit PLPT	-	-	(260)	(260)
Financeiro - Tarifa A1	-	(568)	(48)	(616)
CVA - Sobrecontratação (Resolução 305)	-	(16.689)	(3.788)	(20.477)
Neutralidade CVA	-	(9.116)	(57)	(9.173)
SubTotal	(1.882)	(194.404)	(14.486)	(210.772)
PASSIVO				
NÃO CIRCULANTE				
CVA - custo energia Itaipú - variação cambial	-	-	(261)	(261)
CVA - custo energia Itaipú - alteração	-	-	(93)	(93)
CVA - ESS	-	-	(1.518)	(1.518)
CVA - Aquisição de Energia	-	-	(29.126)	(29.126)
Déficit PLPT	-	-	(780)	(780)
Financeiro - Tarifa A1	-	-	(145)	(145)
CVA - Sobrecontratação (Resolução 305)	-	-	(11.363)	(11.363)
Neutralidade CVA	-	-	(173)	(173)
SubTotal	-	-	(43.459)	(43.459)
Total	(1.882)	(194.404)	(57.945)	(254.231)
Total Geral - Líquido	(1.052)	(139.770)	(33.677)	(174.499)

Notas Explicativas

37. Assuntos Regulatórios

37.1 Energia no curto prazo – CCEE

37.1.1 Comercialização de Curto Prazo

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 5) e o da conta de fornecedores (nota nº 14) incluem a contabilização dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo compostos da seguinte forma:

	30.6.2012	31.12.2011
CCEE a receber		
Estimativa referente a comercialização de junho/12	9.632	1.072
Comercialização conforme pré-fatura abril/2012	-	8
Subtotal	9.632	1.080
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	20.504	20.504
Correção monetária do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	10.363	9.621
Subtotal (*)	30.867	30.125
Total - nota nº 5	40.499	31.205
CCEE a pagar		
Estimativa referente a comercialização de junho/12	-	(2.323)
Estimativa referente ao ESS de junho/12	(1.635)	(1.427)
Subtotal	(1.635)	(3.750)
Comercialização do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(62.229)	(62.229)
Correção monetária, juros e multa do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(141.714)	(132.014)
ESS do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002	(15.014)	(15.014)
Subtotal (*)	(218.957)	(209.257)
Total - nota nº 14	(220.592)	(213.007)

(*) Os montantes relativos à comercialização realizada no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002, relativos às transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, sendo ajustados, nos exercícios de 2002 e 2003, com base em informações e cálculos preparados e divulgados pela CCEE, podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, conforme descrito no item 37.1.2 desta nota.

Notas Explicativas

37.1.2 Exposição decorrente de preços entre submercados

Em 2001, a Companhia decidiu por não utilizar o mecanismo de alívio de exposição em relação à energia de Itaipu. Em virtude da diferença de preços entre os Submercados Sul e Sudeste, a Companhia teve registrada em seu favor uma exposição positiva. Em 16 de maio de 2002, a ANEEL, sob o pretexto de interpretar corretamente as regras do extinto “Mercado Atacadista de Energia” (MAE) considerou ilegal a opção da Companhia, mediante a publicação do Despacho nº 288, sob a alegação de que a adesão ao mecanismo de alívio de exposição seria mandatória. Além disso, o Despacho nº 288 da ANEEL eliminou o direito que a Companhia tinha a receber os valores que haviam sido registrados em seu favor em decorrência da diferença de preços nos Submercados Sul e Sudeste, fazendo com que a Companhia de credora líquida passasse a devedora do mercado.

A Companhia, todavia, não concordando com tal decisão da ANEEL está utilizando todos os meios legais disponíveis para contestar esse Despacho. Assim, em 23 de agosto de 2002, a Companhia ajuizou ação em face da ANEEL, visando à anulação do Despacho nº 288 e buscando os créditos resultantes da exposição positiva. Em 25 de outubro de 2002, o juízo da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em antecipação de tutela proferida na ação nº 2002.34.00.026509-0, determinou que a ANEEL se abstivesse de impor à Companhia o teor do Despacho nº 288, mormente no tocante ao refazimento de suas informações contábeis, bem como que a ANEEL diligenciasse junto ao MAE no sentido de comunicar que fosse contabilizado em favor da mesma o resultado da exposição positiva verificada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.

Em 13 de novembro de 2002 a ANEEL interpôs Agravo de Instrumento, solicitando a revogação dos efeitos da liminar concedida à Companhia, tendo sido deferido liminarmente o efeito suspensivo da decisão até o julgamento final do recurso. Em 20 de julho de 2005, a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou improcedente o Agravo de Instrumento nº 2002.01.00.040870-5 interposto pela ANEEL, restabelecendo, com isso, integralmente, os efeitos da antecipação de tutela deferida no processo nº 2002.34.00.026509-0, determinando a realização de recontabilização e liquidação que desconsiderassem os efeitos do Despacho nº 288. Em abril de 2006, a ANEEL interpôs Recurso Especial contra a decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento, o qual foi recebido sem efeito suspensivo. Em junho de 2008 o Supremo Tribunal de Justiça não conheceu desse Recurso Especial (RESP) interposto pela ANEEL.

Notas Explicativas

Todavia, a ANEEL não cumpriu de pronto a medida liminar, sendo necessária uma série de medidas judiciais para que a Agência efetivasse a liquidação dos valores.

Após diversas intimações para cumprimento da decisão liminar, a ANEEL determinou que a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE) realizasse a recontabilização e liquidação. Em outubro de 2008, a CCEE divulgou que a Companhia tinha uma diferença a receber de aproximadamente R\$418 milhões, referente ao período de 2001, abrangido pela liminar. Em novembro de 2008, a CCEE implementou o plano de liquidação. Diversas empresas atingidas pela nova liquidação ingressaram com várias medidas judiciais, tais como, mandados de segurança e suspensões de liminares, e obtiveram êxito. Em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor aproximado de R\$27.783 de empresas que não obtiveram liminares (em função da revogação da liminar, conforme descrito abaixo, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante, que atualizados para o semestre findo de 30 de junho de 2012, corresponde a aproximadamente R\$33.008, vide nota nº 23).

Porém, em 12 de novembro de 2008, a liminar obtida foi revogada pelo Juiz de primeiro grau na parte em que impunha à ANEEL a obrigação de contabilizar em favor da Companhia o resultado da exposição positiva verificada no balanço financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2001. Além disso, o juiz de primeiro grau determinou a inclusão no processo das empresas que podem ser afetadas pela decisão de ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia recorreu por meio da interposição de um agravo de instrumento, tendo sido concedida nova decisão liminar, em 02 de dezembro de 2008, para reativar em parte a liminar anterior, impedindo que a Companhia seja alvo de cobranças dos valores que haviam contra ela sido apurados na liquidação em que o Despacho nº 288/02 foi empregado. Nessa mesma decisão liminar no Agravo de Instrumento, a Desembargadora (Magistrada de Segundo Grau) suspendeu o processo até o julgamento do agravo e dos Mandados de Segurança.

O Agravo de Instrumento teve seu mérito julgado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região por decisão publicada em 30 de julho de 2010, que manteve a impossibilidade de que: (i) fossem contabilizados e liquidados valores desconsiderando os efeitos do despacho nº 288, e (ii) a AES fosse cobrada por qualquer valor relativo ao Despacho nº 288.

Notas Explicativas

As decisões referentes aos Mandados de Segurança foram publicadas em 19 de outubro de 2009 e concederam a segurança tão só para que os efeitos da tutela antecipada não recaiam sobre os terceiros que não integraram o processo nº 2002.34.00.026509-0, em que se discute a ilegalidade do Despacho nº 288. A Companhia opôs embargos de declaração a essa decisão, que foi julgado em decisão publicada em 26 de fevereiro de 2010, que desacolheu o recurso. Ato contínuo, houve a interposição de Recursos Ordinários por algumas das impetrantes dos mandados de segurança, bem como a interposição, pela Companhia, de 08 Recursos Especiais contra as decisões que julgaram os mandados de segurança; desses 08 Recursos Especiais, 06 já foram julgados pelo STJ, que julgou improcedentes os pedidos da AES Sul, não cabendo mais recurso.

Todas as empresas que deveriam efetuar pagamentos em decorrência da nova contabilização determinada pela CCEE em cumprimento à liminar foram citadas e apresentaram suas contestações. A Companhia apresentou réplica a essas contestações em 09 de dezembro de 2009. As partes requeridas postularam provas documental e pericial. Em 06 de dezembro de 2011, foi indeferida a prova pericial e deferida prova documental suplementar. Após a apresentação dos documentos suplementares, o processo foi concluso para sentença.

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da AES Sul. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela AES Sul – e o Despacho nº 288 é legal, razão pela qual a AES Sul deve ser considerada devedora do mercado. A Companhia está adotando todas as medidas legais cabíveis para reverter a decisão de primeira instância. Em razão de o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ter se manifestado, reiteradamente nos recursos incidentais na ação 2002.34.00.026509-0, pela ilegalidade do Despacho nº 288, a AES Sul mantém sua análise acerca da possibilidade de perda da ação.

A Companhia mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002 por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no montante de R\$437.800, conforme:

	R\$
Saldo no exercício findo em 31/12/2001	373.942
Receita registrada no exercício de 2002	63.858
(-) Provisão para perda com créditos referente a exposição decorrente de preços entre submercados registrada durante o exercício	(437.800)
Saldo líquido na conta de Consumidores e revendedores	-

Notas Explicativas

37.2 Conta de compensação de variação de custos da parcela “A” – CVA

A Lei nº 10.438/2002, em conjunto com diversas Portarias Interministeriais, sendo a última a de nº 361, datada de 26 de novembro de 2004, criou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridas pelas distribuidoras de energia a partir de 26 de outubro de 2001. Esses custos são representados, principalmente por: (1) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; (2) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (3) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC; (4) quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE; (5) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (6) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (7) encargos de serviços de sistema – ESS; (8) quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa; e (9) custos de aquisição de energia elétrica.

Cabe destacar também que os seguintes itens de custo da Parcela A têm a data de alteração de seus valores concatenada com a data de revisão ou reajuste tarifário da distribuidora: (1) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; (2) energia comprada de CCEAR de origem hídrica (3) quota de reserva global de reversão – RGR; (4) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; (5) encargos de conexão, inclusive aqueles decorrentes da entrada em operação de novos ativos de conexão; e (6) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC.

37.2.1 Período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - Variação de itens da parcela “A”

A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não gerenciáveis a partir de 25 de outubro de 2001, também para o período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. Esses custos seriam recuperados através de aumento tarifário extraordinário, condicionado à adesão ao Acordo do Setor Elétrico proposto pelo Governo Federal e desistência de todos os pleitos e do direito de reclamar valores relativos à recuperação de custos não gerenciáveis ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2000, tanto em nível administrativo quanto em nível judicial.

Discordando dessa condição por entender ser ela danosa à concessão, a Companhia decidiu, em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2002, não aderir ao referido acordo. Dessa forma, não foi assegurado à Companhia o direito ao aumento tarifário extraordinário para recuperação dos valores relativos à variação dos itens da Parcela “A”, no montante de R\$67.505, e os mesmos foram revertidos para o resultado em 31 de dezembro de 2002, como item extraordinário.

Notas Explicativas

A Companhia ajuizou diversas ações judiciais na Justiça Federal de Brasília, relativas aos custos de Parcela “A” não repassados às tarifas ao longo do período da concessão, nas quais foi realizada perícia técnica que reconheceu o prejuízo a ser repassado às tarifas. Em 2006 foram realizados laudos periciais em todas as ações, tendo a Companhia apresentado manifestação de ampla concordância com o perito, oportunidade em que também impugnou o laudo do assistente técnico da ANEEL.

A Companhia e a ANEEL apresentaram alegações finais entre junho e julho de 2007. Todos os processos estavam conclusos para sentença em agosto de 2007.

Em 09 e 10 de agosto de 2010, seis desses processos foram sentenciados. Quatro dos seis processos foram julgados procedentes, determinando-se que o aumento dos custos da Parcela A causou impacto nas tarifas e que estes custos deverão ser repassados às revisões tarifárias. Uma das seis ações foi julgada parcialmente procedente para condenar a ANEEL a indenizar a Companhia na importância de R\$189 por serviços realizados no período de dezembro de 1999 a julho de 2000 sem a contrapartida tarifária, conforme apurado no laudo pericial, acrescido de correção monetária a partir de cada mês da prestação de serviços e de juros de 1% ao mês a partir da citação. A última ação sentenciada (2002.34.00.032146-9) entendeu existir litispendência parcial com a ação 2002.34.00.032143-8 em relação ao período de 1º de janeiro a 31 de março de 2001, e julgou improcedente o pedido.

Em 16 de agosto de 2010, a Companhia opôs embargos de declaração contras as quatro sentenças de procedência e contra a sentença de parcial procedência e em 24 de agosto de 2010, interpôs recurso de apelação à sentença de improcedência. Os embargos de declaração foram desacolhidos, tendo a Companhia interposto recurso de apelação nessas cinco ações em novembro de 2010.

As duas ações restantes foram sentenciadas em novembro de 2010, com o acolhimento do pleito revisional da Companhia. No mesmo mês foram opostos embargos de declaração pela Companhia, que restaram desacolhidos. Assim, em fevereiro de 2011 a Companhia interpôs recurso de apelação em ambos os feitos.

Todos os recursos já se encontram conclusos com a Desembargadora Relatora e possuem por escopo principal o acolhimento do pedido indenizatório da Companhia, em detrimento do pleito revisional de tarifas.

Notas Explicativas

38. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do Proinfa; e (iii) compras através de Leilão (nota nº 27).

As obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a Companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (nota nº 34.6.2).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (nota nº 27).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujo as tarifas também são homologadas pela ANEEL.

39. Evento subsequente

Exposição decorrente de preços entre submercados

Em 10 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra a sentença. No dia 13 de julho de 2012 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, apreciando medida cautelar interposta pela Companhia no dia 11 de julho de 2012, concedeu decisão liminar suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do recurso de apelação. Assim, a AES Sul não poderá ser considerada devedora e tampouco pouco poderá ser cobrada pelos agentes do mercado até o julgamento final do recurso de apelação, vide maiores detalhes na nota nº 37.1.2.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Durante o primeiro semestre findo em 30 de junho de 2012 e 31 de junho de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$21.888 e R\$10.306, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiro de administração e Diretores da
AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes as demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e às informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 24 de fevereiro de 2012 e 02 de agosto de 2011, que não contiveram qualquer modificação.

Porto Alegre, 24 de julho de 2012.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 14º andar, Porto Alegre – RS, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.

Porto Alegre, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira
Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Giovani Ferreira Cruz
Diretor Comercial

Cibele Castro
Diretora de Pessoas e Gestão

Eduardo Girardi
Diretor de Operações

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais e de Operações

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.016.440/0001-62, com sede na Rua Dona Laura, nº 320, 14º andar, Porto Alegre – RS, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2012.

Porto Alegre, 24 de julho de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Antonio Carlos de Oliveira
Diretor Geral

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Giovani Ferreira Cruz
Diretor Comercial

Cibele Castro
Diretora de Pessoas e Gestão

Eduardo Girardi
Diretor de Operações

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais e de Operações

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios